



CERCOS

Cooperação Transformada em Energia



2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

CERCOS - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA

PAC - 2020

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS

**Responsável pela elaboração e apresentação
Setor de contabilidade**

**Contadora
Terezinha Costa De Lisboa E Silva
CRC: 4010/SE**

Lagarto -Se

2021

Sumário

1 Relatório Administrativo Societário	2
2 Balanço Patrimonial Societário	18
3 Demonstração do Resultado do Exercício Societário	19
4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário	21
5 Demonstração do Fluxo de Caixa Societário	22
6 Notas Explicativas Societárias	23
7 Parecer do Conselho Fiscal.....	63
8 Parecer dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Societárias	64
9 Relatório da Administração Regulatório	69
10 Balanço Patrimonial Regulatório.....	85
11 Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório	86
12 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório	88
13 Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório	89
14 Notas Explicativas Regulatórias.....	90
15. Formatação Básica das Notas Explicativas	132
16. Parecer do Conselho Fiscal.....	133
17 Parecer dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Regulatórias.....	134

**COOP. DE ELETRIFICAÇÃO E DESENV.
RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA**

RELATÓRIO ANUAL SOCIETÁRIO 2020

LAGARTO, ABRIL DE 2021

1 Relatório Administrativo Societário

Apresentação

Senhoras e Senhores Acionistas/Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERCOS - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda. para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Cara do Presidente

É com muita satisfação que, após mais um ano de muito trabalho e realizações, trazemos à presença dos senhores nossa prestação de contas deste Exercício Social sob a graça e proteção de Deus.

Podemos afirmar que, apesar dos percalços, a nossa Cooperativa vem conseguindo planejar e implementar projetos de grande relevância para a manutenção e desenvolvimento da nossa CERCOS: melhorias nas redes de distribuição, aperfeiçoamento dos processos de trabalho, construção da nova sede e o contínuo trabalho social.

As melhorias de nossas redes elétricas, sem dúvida, são os investimentos mais importantes que se fez e que se deve continuar fazendo. Nosso trabalho enquanto distribuidora é levar a energia elétrica até as unidades de consumo com a qualidade esperada e esse é nosso compromisso. Só em 2020 foram mais R\$ 389.000 (trezentos e oitenta e nove mil reais) em investimentos nas redes de distribuição com a execução de várias obras garantindo ao nosso consumidor/cooperado uma energia segura e de qualidade.

A CERCOS também vem cuidando de seus processos de trabalho e das pessoas, que de verdade quem fazem as coisas acontecerem. Nossa equipe de trabalho vem recebendo, de forma constante, treinamentos para o aperfeiçoamento dos serviços realizados. É importante frisar que os investimentos nos processos voltados a segurança do colaborador, boa parte desses treinamentos são voltados aos procedimentos de segurança, o que em nossa área de distribuição de energia, é muito importante.

Entretanto, é importante reafirmar o nosso compromisso social como cooperativa: Mantemos o convênio e parceria com o “Projeto Dom Bosco” que em nossa comunidade se preocupa com a educação por meio de reforço escolar, aulas de violão e informática, esporte; temos ainda diversas iniciativas esportivas realizadas em toda nossa região pelos cooperados e filhos destes; o projeto “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”; “Dança e Aeróbica” nas comunidades. Todas essas ações são viabilizadas pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social-FATES.

A CERCOS tem um enorme compromisso com a qualidade dos serviços. E essa qualidade deve ser transformada em dados. Por isso a confiabilidade e a transparência no tratamento desses dados tornam-se importantíssimas. E para tanto a Cooperativa também continua investindo na manutenção do seu Sistema de Gestão da Qualidade baseado na norma NBR ISO 9001:2015.

Não podíamos deixar de frisar, também, que em nossa nota explicativa referente a efeitos subsequentes, registramos a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19) que, além de novamente desacelerar a retomada do crescimento, ceifará vidas importantes de nosso sofrido Brasil. Deixamos aqui registrado nosso desejo de que em breve haja imunidade em nosso povo para que a doença seja vencida.

Assim sendo, destacamos que o presente relatório de administração societário e regulatório objetiva, além de cumprir tempestivamente as obrigações setoriais, busca informar com qualidade, clareza e transparência acerca dos acontecimentos e resultados do ano de 2020.

É com a ideia de crescimento e desenvolvimento que pretendemos continuar em 2020 nos esforçando para prestar um serviço de qualidade com agilidade, certos de que podemos contar com a parceria de todos com o objetivo de cumprir as nossas metas e atender as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL fixadas para o setor.

Colônia Treze/Lagarto/Se, 01 de março/2021

Aroldo Costa Monteiro
Diretor Presidente

Carta do Contador:

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERCOS – Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe LTDA, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos Senhores Sócios Cotistas a conclusão do exercício de 2020, com o grau de qualidade, transparência e observação total do conceito de legalidade esperado por todos. Primando pelo cumprimento de toda a Regulação Setorial, buscamos ser rigorosos na observação do regime de competência, contabilizando com toda a prudência que uma Cooperativa da importância da CERCOS se esforça por merecer, detalhamos, assim, movimentação de cada grupo contábil em que houve movimento durante o ano.

Importante frisar que vivemos um 2020 totalmente atípico. Em virtude da crise pandêmica que nossa comunidade enfrenta juntamente com todo o planeta, além de cuidar de nossa própria saúde e de nossos familiares e colegas do dia a dia, tivemos que nos adaptar ao vídeo trabalho, e ter atenção dobrada na Legislação que dia a dia vinha impondo mudanças de procedimento em função da decretação de calamidade Pública.

Consideramos importante lembrar que a Revisão Tarifária Periódica da CERCOS, ocorrida neste ano de 2020, contando com contratação de empresa especializada e credenciada pela ANEEL para envio dos dados ao Órgão Regulador na definição de nova tarifa nos possibilitou uma pequena redução tarifária.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Sócios Cotistas que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições de V.Sas. Traçarem as metas para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos internos, consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Colônia Treze/Lagarto/Se, 01/03/2021

Terezinha Costa de Lisboa e Silva

CRC. 4010/SE

Cenário

CERCOS - Cooperativa e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 40 anos de existência.

Em 2020, em decorrência da lenta recuperação da economia na área da concessão houve um reflexo positivo, porém pequeno (4,46%), sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor Residencial com aumento de 15,16% seguido de Comercial com 11,33% e Serviço público com crescimento de 3,77%. O consumo do setor Industrial foi aquele que apresentou maior decréscimo de 25,74%, seguido pelo de Iluminação pública com 4,87%, Poder público com 4,02% e Rural com 0,79%. O aumento líquido atingiu o patamar de 0,05 GWh. Os setores Residencial, Rural e Iluminação Pública representam a maior demanda da CERCOS, Somada, a demanda dos três setores representa 81,81% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2020.

Distribuição de energia elétrica

Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica em 01 dos 75 municípios do Estado, o que representa 1% dos consumidores do Estado do Sergipe. A empresa não atende consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores

Em 2020 foram realizadas, no ano, 243 novas ligações com destaque para um aumento de 389 no Residencial, 1 no Comercial, 1 no serviço público. Contamos uma diminuição de 1 no Poder Público e 59 Iluminação Pública e no Rural de 100, totalizando 5.983 consumidores atendidos pela Outorgada, número 4,23% superior ao de 2019.

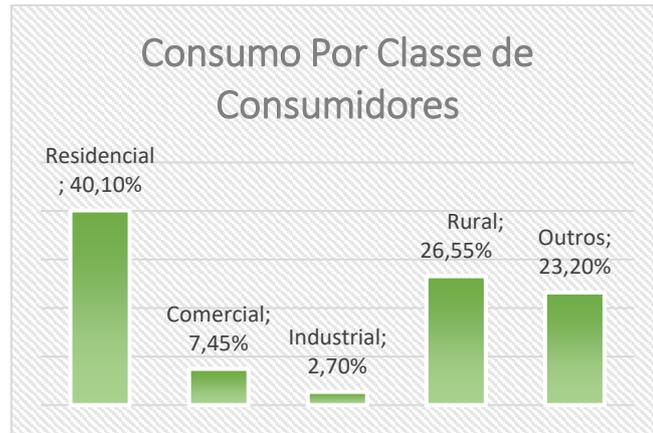
Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020
Residencial	2.978	3.060	3.206	3.437	3.826
Comercial	186	186	188	204	5
Industrial	7	7	6	5	217
Rural	2.059	2.151	2.108	1.990	1.890
Poderes Públicos	27	27	27	32	31
Iluminação Pública	57	63	63	64	5
Serviço Público	15	15	14	8	9
Total	5.329	5.509	5.612	5.740	5.983
Variação	4,65%	3,38%	1,87%	2,28%	4,23%

Comportamento do mercado

A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2020 foi de 10,62 GWh (10,17 GWh em 2019). Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial com aumento de 15,16% e Comercial 11,33% considerando o volume de negócios.

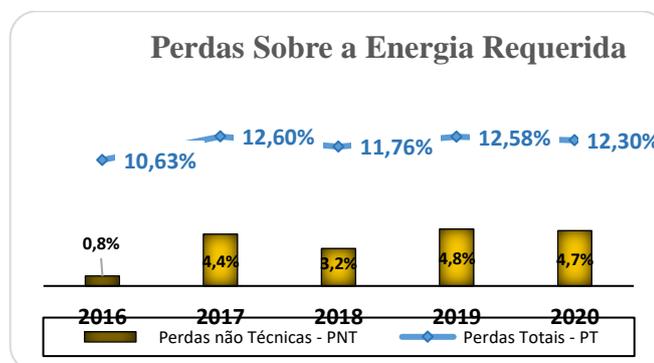
A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido - GWh	2016	2017	2018	2019	2020
Energia Faturada	9,75	9,57	9,90	10,17	10,62
Fornecimento	9,75	9,57	9,90	10,17	10,62
Residencial	3,37	3,36	3,47	3,70	4,26
Comercial	0,36	0,34	0,31	0,39	0,29
Industrial	0,72	0,71	0,73	0,71	0,79
Rural	2,7	2,74	2,86	2,84	2,82
Poderes Públicos	0,22	0,18	0,17	0,19	0,18
Iluminação Pública	1,64	1,59	1,66	1,69	1,61
Serviço Público	0,74	0,64	0,70	0,65	0,67
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	9,75	9,57	9,90	10,17	10,62
Variação	8,95%	-1,81%	3,45%	2,70%	4,46%



As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) em relação à energia faturada apresentou um aumento de 1,83% de 2019 para 2020.

ENERGIA REQUERIDA - GWH	2016	2017	2018	2019	2020
VENDA DE ENERGIA					
- Fornecimento	9,75	9,57	9,90	10,17	10,62
- Suprimento p/ agentes de distribuição	9,75	9,57	9,90	10,17	10,62
Consumidores livres/dist./ger.	-	-	-	-	-
Consumidores rede básica	-	-	-	-	-
Mercado atendido	-	-	-	-	-
Perdas na rede básica	9,75	9,57	9,90	10,17	10,62
Perdas na distribuição	0,00	0,00	0,00	0,00	
Perdas técnicas	-	-	-	-	-
Perdas não técnicas - pnt	1,16	1,38	1,32	1,46	1,49
Pnt / energia requerida %	1,07	0,90	0,97	0,90	0,92
Perdas totais - pt	0,09	0,48	0,35	0,56	0,57
Pt / energia requerida %	0,8%	4,4%	3,2%	4,8%	4,7%
TOTAL	1,16	1,38	1,32	1,46	1,49



Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS importou em R\$ 6.061,41 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2020	2019	%
Residencial	2.403,12	2.287,29	10,39%
Comercial	583,82	546,21	3,68%
Industrial	96,97	136,48	42,95%
Rural	1.702,91	1.602,97	12,03%
Outros	1.274,59	1286,3	23,49%
Poderes Públicos	141,35	147,57	17,59%
Iluminação Pública	678,91	715,66	8,72%
Serviço Público	454,33	423,07	-2,82%
Total	6.061,41	5.859,25	9,64%



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2020 apresentou um crescimento de 4,23% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2020	2019	Var %
Residencial	3826	3437	11,32%
Comercial	5	5	0,00%
Industrial	217	204	6,37%
Rural	1890	1990	-5,03%
Outros	45	104	-56,73%
Poderes Públicos	31	32	-3,13%
Iluminação Pública	5	64	-92,19%
Serviço Público	9	8	12,50%
Total	5983	5740	4,23%

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2020 foi igual a 719,93 /MWh conforme Resolução Homologatória N° 2.694, DE 26 DE MAIO DE 2020 sendo que a de 2019 foi de 735,82/MWh (Resolução ANEEL n° 2.534, de 23 de abril de 2019).

TARIFA RES. BAIXA RENDA POR FAIXA DE CONSUMO	0 - 30 KWH	31 - 100 KWH	101 - 220 KWH	221 ACIMA KWH
TARIFAS BRUTAS	0,25370	0,43491	0,679360	0,72484

CLASSE	TARIFA MÉDIA DE FORNECIMENTO EM R\$/MWH
RESIDENCIAL	753,85
COMERCIAL	753,85
INDUSTRIAL	753,85
RURAL	618,16

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2016	21,31	9,59	0
2017	14,78	6,57	0
2018	18,73	10,57	1:46
2019	15,98	8,89	1:45
2020	24,14	11,78	1:44

OBS: Até o exercício de 2017 não houve medições de tempo de espera de DEC e FEC. Em 2020 esse tempo foi de **1:44hs**. (Uma hora e quarenta e quatro minutos).

Atendimento ao consumidor

Dando sequência ao intenso processo de melhoria e modernização dos processos relacionados ao atendimento ao consumidor, a CERCOS possui o SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, que poderá realizar reclamações, críticas, elogios etc., através de nosso sistema telefônico de tarifação reversa (9090), o que logicamente diminui os custos do cooperado/consumidor e aproxima a comunidade de nossa organização.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Desempenho econômico-financeiro

Em 2020, as sobras líquidas foram de R\$ 795,79 mil, contra R\$ 454,75 mil em 2019, um aumento de 75,00%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade

Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 815,00 mil

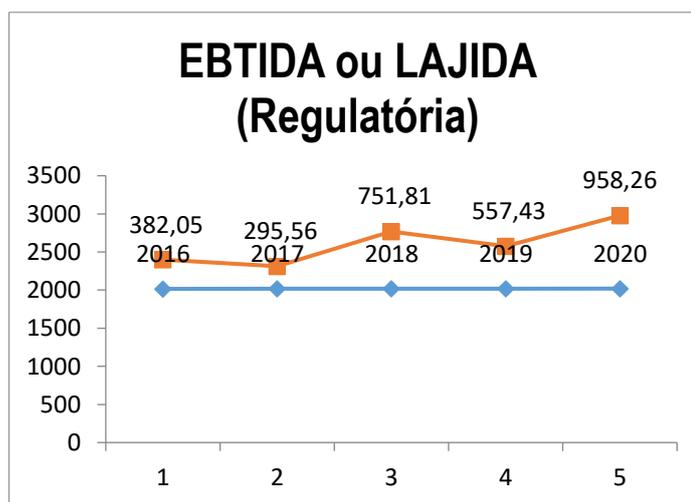
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 395,18 mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 914,09 mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 8.292,78 mil, enquanto em 2019 situou-se em R\$ 7.761,49 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2020 R\$ 7.585,93 mil, 4,35% superiores em relação à 2019 R\$ 7.269,52 mil. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 22,87% contra 16,71% em 2019.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 958,26 mil, superior em 71,91% a 2019, que foi de R\$ 557,43 mil, conforme evolução abaixo:

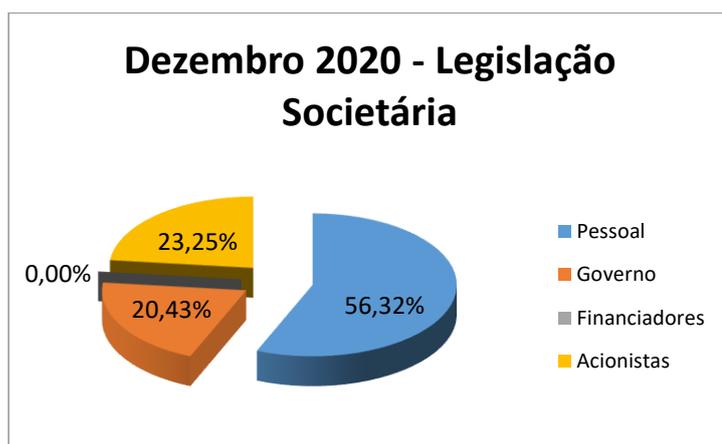


Investimentos

Em 2020, os investimentos totais da Companhia, importaram em R\$ 578,31 mil, 71,25% inferiores em relação à 2019 que foram R\$ 337,69 mil, dos quais R\$ 389,90 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição em 2020 e R\$ 292,93 mil em 2019.

Valor adicionado societário

Em 2020, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 3.422,70 mil, representando 39,33% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras liquidadas no montante de: 20% para Reserva Legal, 10% Reserva estatutária, e 20% de FATES.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da permissionária era de R\$ 591,40 mil, composto por 591,398 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a associados:

Coerente com a filosofia de portar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Administração

Durante o ano de 2020 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

No ano de 2020, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade compreenderam a manutenção da nova NBR ISO 9001:2015, recertificação da Cercos na ISO 9001:2015 com validade até 2022 e realização de 02 auditorias internas anuais buscando identificar a conformidade dos processos do SGQ, mais reuniões mensais, tudo isso focado em resultados para satisfação de seus associados e consumidores.

Recursos humanos

Em 2020 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade social

Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

OUTORGADA EM NÚMEROS	2020	2019	%
ATENDIMENTO			
NÚMERO DE CONSUMIDORES	5.980	5.740	4,18%
NÚMERO DE EMPREGADOS	43	43	0,00%
NÚMERO DE CONSUMIDORES POR EMPREGADO	139,07	133	4,56%
NÚMERO DE LOCALIDADES ATENDIDAS	16	16	0,00%
NÚMERO DE AGÊNCIAS	1	1	0,00%
NÚMERO DE POSTOS DE ATENDIMENTO	1	1	0,00%
NÚMERO DE POSTOS DE ARRECADAÇÃO	4	2	100,00%
MERCADO			
ÁREA DE PERMISSÃO (KM²)	61,01	61,01	0,00%
GERAÇÃO PRÓPRIA (GWH)	0	0	0,00%
DISTRIBUIÇÃO DIRETA (GWH)	0	0	0,00%
CONSUMO RESIDENCIAL MÉDIO (KWH/ANO)	1775,12	1039,05	70,84%
TARIFAS MÉDIAS DE FORNECIMENTO (R\$ POR MWH)	719,93	735,82	-2,16%
TOTAL (EXCETO CURTO PRAZO)	0	0	0,00%
RESIDENCIAL	753,85	782,78	-3,70%
COMERCIAL	753,85	782,78	-3,70%
INDUSTRIAL	753,85	782,78	-3,70%
RURAL	618,16	594,92	3,91%
SUPRIMENTO	0	0	0,00%
DEC (HORAS)	24,14	15,98	51,06%
POPULAÇÃO ATENDIDA - URBANA ATENDIDA (EM MILHARES DE HABITANTES)	0	0	0,00%
POPULAÇÃO ATENDIDA - RURAL (EM MILHARES DE HABITANTES)	24,1	23,8	1,26%
FEC (NÚMERO DE INTERRUPÇÕES)	11,78	8,89	32,51%
NÚMERO DE RECLAMAÇÕES POR 1.000 CONSUMIDORES OPERACIONAIS	1,42	1,01	40,59%
NÚMERO DE USINAS EM OPERAÇÃO	0	0	0,00%
NÚMERO DE SUBESTAÇÕES	0	0	0,00%
LINHAS DE TRANSMISSÃO (KM)	0	0	0,00%
LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO (KM)	165,24	163,2	1,25%
CAPACIDADE INSTALADA (MW)	7,54	6,26	20,37%
FINANCEIROS			
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)	8.629,15	8.164,67	5,69%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)	8.292,78	7.761,49	6,85%
MARGEM OPERACIONAL DO SERVIÇO LÍQUIDA (%)	0,05	2,01	125,56%
EBITDA OU LAJIDA	958,26	644,36	48,72%
LUCRO LÍQUIDO (R\$ MIL)	795,79	454,76	74,99%
LUCRO LÍQUIDO POR MIL COTAS	795,79	454,76	74,99%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MIL)	3.479,83	2.722,19	27,83%
VALOR PATRIMONIAL POR COTA R\$	3.479,83	2.722,19	27,83%
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)	4,37	5,99	-26,95%
ENDIVIDAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)	80,86%	100,78%	-19,77%
EM MOEDA NACIONAL (%)	80,86%	100,78%	-19,77%
EM MOEDA ESTRANGEIRA (%)	0,00%	0,00%	0,00%
INDICADORES DE PERFORMANCE			
SÁLARIO MÉDIO DOS FUNCIONÁRIOS	2,38	2,51	-5,18%
ENERGIA GERADA/COMPRADA POR FUNCIONÁRIO	279,22	268,98	3,81%
ENERGIA GERADA/COMPRADA POR CONSUMIDOR	2,01	2,02	-0,60%
RETORNO DE ATIVOS POR UNIDADE	0,13	0,02	565,38%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

Colônia Treze, Lagarto (SE), 01/03/2021.

A Administração

AROLDO COSTA MONTEIRO

Diretor Presidente

PEDRO PEREIRA PALHAS

Secretário

TEREZINHA COSTA DE LISBOA E SILVA

Técnica contábil

CRC – SE 4010

2 Balanço Patrimonial Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA			
CNPJ 13.107.842/0001 - 99			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019			
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)			
		Consolidado	
		2020	2019
Ativos	Notas		
Ativo circulante		2.555,05	2.230,88
Caixa e equivalentes de caixa	N. 5	208,18	201,89
Consumidores	N. 8	1.462,68	1.357,68
Concessionárias e permissionárias		-	-
Serviços em curso	N. 10	-	-
Tributos compensáveis	N. 11	52,96	35,66
Depósitos judiciais e cauções		0,02	0,01
Almoxarifado operacional	N. 12	73,44	65,32
Investimentos temporários		19,65	-
Empréstimos		-	-
Ativos financeiros setoriais	N. 15	82,22	74,63
Despesas pagas antecipadamente		11,94	11,22
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-
Outros ativos circulantes	N. 13	643,94	484,47
Ativos de operações descontinuadas		-	-
Bens destinados à alienação		-	-
Ativo não-circulante		3.738,56	3.142,39
Consumidores		-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-
Serviços em curso		-	-
Tributos compensáveis		-	-
Depósitos judiciais e cauções		-	-
Investimentos temporários	N. 14	0,30	-
Empréstimos		-	-
Tributos diferidos		-	-
Ativos financeiros setoriais		-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-
Outros ativos não circulantes	N. 14	529,23	1.115,51
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		-	-
Imobilizado	N. 14	985,09	639,19
Intangível	N. 14	2.223,94	1.387,69
Total do ativo		6.293,61	5.373,27
Passivo			
Passivo circulante		1.895,19	1.606,30
Fornecedores	N. 16	756,10	541,19
Empréstimos, financiamentos e debêntures	N. 17	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	N. 18	223,69	230,65
Benefício pós-emprego		-	-
Tributos	N. 19	389,39	316,64
Provisão para litígios	N. 21	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-
Encargos setoriais	N. 22	105,72	115,92
Provisão para descomissionamento		-	-
Passivos financeiros setoriais	N. 23	39,82	86,76
Provisão para uso do bem público		-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-
Obrigações com associados		30,09	5,91
Outros passivos circulantes		350,39	309,21
Passivos de operações descontinuadas		-	-
Passivo não-circulante		918,59	1.044,78
Fornecedores		-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-
Benefício pós-emprego		-	-
Tributos	N. 24	629,76	659,34
Provisão para litígios	N. 25	-	90,82
Encargos setoriais		-	-
Provisão para descomissionamento		-	-
Tributos diferidos		-	-
Passivos financeiros setoriais		-	-
Provisão para uso do bem público		-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-
Obrigações com associados		-	-
Outros passivos não circulantes		-	-
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	N. 26	288,83	294,62
Total do passivo		2.813,78	2.651,08
Patrimônio líquido		3.479,83	2.722,19
Capital social	N. 27	591,40	589,55
Reservas de capital	N. 27	(47,37)	29,49
Outros resultados abrangentes	N. 27	-	-
Reservas de lucros	N. 27	-	(76,86)
Recursos destinados a aumento de capital		-	-
Lucros ou prejuízos acumulados		-	-
Ações em tesouraria		-	-
Proposta para distribuição de dividendos		-	-
Adicionais		-	-
Participação de não controladores		-	-
Reserva de sobras	N. 27	2.438,35	1.964,51
Sobras à disposição da assembleia	N. 27	497,46	215,50
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-
Total do patrimônio líquido		3.479,83	2.722,19
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.293,61	5.373,27

3 Demonstração do Resultado do Exercício Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA			
CNPJ 13.107.842/0001 - 99			
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019			
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)			
		Consolidado	
		2020	2019
Operações em continuidade	Notas		
Receita / ingresso		8.629,15	8.153,06
Fornecimento de energia elétrica		6.275,69	6.161,76
(-) Transferências		(3.995,19)	(3.795,80)
Suprimento de energia elétrica		-	-
Energia elétrica de curto prazo		-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	N. 29	3.988,67	3.788,82
Ativos e passivos financeiros setoriais		115,32	(42,60)
Serviços cobráveis		4,45	8,56
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		2.240,21	2.002,69
Outras receitas		-	29,64
Tributos		(115,76)	(119,19)
Icms		(91,56)	(91,82)
Pis-pasep		(4,31)	(4,87)
Cofins		(19,88)	(22,47)
Iss		(0,02)	(0,04)
Encargos - parcela "a"		(220,61)	(272,38)
Pesquisa e desenvolvimento - p&d		-	-
Programa de eficiência energética - pee		-	-
Reserva global de reversão - rgr		-	-
Conta de desenvolvimento econômico - cde		(154,46)	(119,29)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - cfurh		-	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfsee		(16,87)	(16,14)
Outros encargos		(49,27)	(136,95)
Receita líquida / ingresso líquido		8.292,78	7.761,49
Custos não gerenciáveis - parcela "a"		(3.971,17)	(3.922,86)
Energia elétrica comprada para revenda	N. 31	(3.990,96)	(3.946,71)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		19,79	41,71
Encargos e demais despesas setoriais		-	(17,86)
Perdas pelo valor de indenização / renovação		-	-
Provisão de baixa ou baixa de rtp diferida		-	-
Provisão de baixa ou baixa de cva ativa e demais ativos regulatórios		-	-
(-) Reversão de devolução tarifária		-	-
(-) Reversão de cva passiva e demais passivos regulatórios		-	-
Outros		-	-
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica		-	-
Reembolso de ccc/cde de combustível para produção de energia elétrica		-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		4.321,61	3.838,63
Custos gerenciáveis - parcela "b"		(3.542,04)	(3.453,08)
Pessoal e administradores	N. 32	(2.539,11)	(2.455,18)
Material	N. 32	-	(235,04)
Serviços de terceiros	N. 32	(266,20)	(231,22)
Arrendamento e aluguéis	N. 32	(269,05)	(16,32)
Seguros	N. 39	(25,20)	(17,13)
Doações, contribuições e subvenções	N. 32	(17,51)	(3,57)
Provisões	N. 32	(5,17)	28,93
Perdas na alienação de bens e direitos	N. 32	55,08	-
(-) Recuperação de despesas	N. 32	36,09	25,71
Tributos	N. 32	(92,94)	(32,29)
Depreciação e amortização	N. 32	(178,68)	(171,89)
Gastos diversos	N. 32	(312,07)	(238,66)
Outras receitas operacionais		455,95	283,90
Outras despesas operacionais		(383,23)	(390,32)
Resultado da atividade		779,57	385,55
Equivalência patrimonial		-	-
Resultado financeiro		35,42	86,92
Despesas financeiras	N. 33	(124,95)	(37,69)
Receitas financeiras		160,37	124,60
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		815,00	472,47
Despesa com impostos sobre os lucros	N.34	(19,20)	(17,71)
Resultado líquido das operações em continuidade		795,79	454,76
Operações descontinuadas		-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		-	-
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		-	-
Acionistas não controladores		-	-
Lucro por ação		1,35	0,77
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		1,35	0,77
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade		-	-
Básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-
Diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019			
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO			
		Consolidado	
		2020	2019
Resultado do exercício		-	-
Outros resultados abrangentes		-	-
Reserva de reavaliação		-	-
Efeito de imposto de renda		-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros		-	-
Efeito de imposto de renda		-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas		-	-

Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência privada – superávit (déficit) atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
OBSERVAÇÃO: O MODELO APRESENTADO ACIMA DEMONSTRA OS EFEITOS TRIBUTÁRIOS DE FORMA INDIVIDUAL, DE FORMA QUE NENHUMA DIVULGAÇÃO ADICIONAL EM NOTA EXPLICATIVA É REQUERIDA.		

4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA									
CNPJ 13.107.842/0001 - 99									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019									
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)									
DMPL - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	588,23	(47,37)	-	-	-	1.498,87	301,85	-	2.341,57
REMUNERAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	1,33	-	-	-	-	-	-	-	1,33
REALIZAÇÃO DE RESERVAS DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROVENTOS EXCEDENTES DA CONTABILIDADE SOCIETÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(2,49)	-	(26,24)	-	(28,73)
DESTINAÇÃO PROPOSTA À A.G.O.:	-	-	(251,91)	-	26,24	-	205,34	-	(20,33)
RESERVA LEGAL	-	-	-	-	-	312,59	(312,59)	-	-
FATES	-	-	-	-	(23,75)	109,95	(86,20)	-	-
RESERVAS DE LUCROS	-	76,86	-	-	-	-	-	-	76,86
RESERVA DE CAPITAL	-	-	-	(76,86)	-	-	-	-	(76,86)
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-	-	251,91	-	-	-	251,91	-	503,82
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DIVIDENDO	-	-	-	-	-	-	(75,46)	-	(75,46)
RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA PARA FUNDOS DE INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	43,10	(43,10)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	589,56	29,49	(0,00)	(76,86)	-	1.964,51	215,51	-	2.722,20
REMUNERAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	1,84	-	-	-	-	-	-	-	1,84
REALIZAÇÃO DE RESERVAS DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROVENTOS EXCEDENTES DA CONTABILIDADE SOCIETÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO (2406)	-	-	-	-	36,74	-	(36,74)	-	0,00
DESTINAÇÃO PROPOSTA À A.G.O.:	-	-	419,82	-	15,39	-	360,58	-	795,79
RESERVA LEGAL	-	-	-	-	-	148,73	(148,73)	-	-
FATES	-	-	-	-	(52,13)	75,23	(23,10)	-	(0,00)
RESERVAS DE LUCROS (2404)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CAPITAL	-	(76,86)	-	76,86	-	-	-	-	-
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-	-	(419,82)	-	-	-	419,82	-	-
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DIVIDENDO	-	-	-	-	-	-	(40,00)	-	(40,00)
RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA PARA FUNDOS DE INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	249,88	(249,88)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	591,40	(47,37)	(0,00)	-	0,00	2.438,35	497,46	-	3.479,83

5 Demonstração do Fluxo de Caixa Societário

COOPERATIVA DE ELETRIF. E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA			
CNPJ 13.107.842/0001 - 99			
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018			
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)			
(MÉTODO DIRETO)			
NOTAS	Notas	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		782,55	558,35
Fornecimento de energia		6.223,68	6.158,56
Suprimento de energia		-	-
Tusd de consumidores livres e geradores		-	-
Suprimento a concessionárias		-	-
Recebimento da ccee - energia de curto prazo		-	-
Recebimento de rap de transmissão		-	-
Repasse do fundo da conta de desenvolvimento energético		2.159,91	1.987,82
Outros recebimentos operacionais		221,70	98,17
Fornecedores - materiais e serviços		(1.047,74)	(727,32)
Fornecedores - energia elétrica		(3.852,63)	(3.867,31)
Salários e encargos sociais		(2.405,70)	(2.337,76)
Tributos sobre a receita - federais		(28,01)	(30,60)
Tributos sobre a receita - estaduais e municipais		(128,07)	(113,50)
Tributos sobre o lucro (irpj / csll)		(20,54)	(20,28)
Encargos de transmissão		-	-
Demais encargos regulatórios		(178,01)	(183,54)
Outras despesas operacionais		(162,05)	(405,89)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(605,86)	(330,84)
Aquisição de participações societárias		-	-
Aportes / aumento de capital em controladas		-	-
Investimentos		(19,85)	152,75
Imobilizado		(536,01)	(483,59)
Intangível		(50,00)	-
Participação financeira do consumidor		-	-
Títulos e valores mobiliários adquiridos		-	-
Empréstimos / mútuos concedidos		-	-
Proventos recebidos		-	-
Caixa líquido das atividades de investimento		176,69	227,51
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(170,39)	(159,46)
Empréstimos e financiamentos obtidos		-	-
Empréstimos e financiamentos pagos		(172,25)	(160,73)
Títulos e valores mobiliários adquiridos emitidos		-	-
Títulos e valores mobiliários adquiridos pagos		-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-
Integralização de capital		1,85	1,27
Caixa líquido das atividades de financiamento		6,30	68,06
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		6,30	68,06
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		6,30	68,06
No início do exercício		201,89	133,83
No fim do exercício		208,18	201,89

6 Notas Explicativas Societárias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda. – CERCOS é uma sociedade cooperativa regida pela Lei 5764/71 e tem como finalidade a prestação de serviços a seus associados possibilitando o acesso ao fornecimento de energia para consumo próprio, e, fornece também, a não associados, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia.

2. Das Permissões

A CERCOS (base dezembro/2020), detém permissão válida até o ano 2038, para a Distribuição de Energia Elétrica em parte do Município de Lagarto no Estado de Sergipe, conforme contrato de Permissão, Nº 009/2008, assinado em 30/07/2008 e aditivo assinado em 15/04/2020.

Atualmente (base dezembro/2020), possui 5.361 consumidores associados, divididos em 30,15% de consumo rural; 65,90% de consumo residencial; 3,10% de consumo comercial; 0,09% de consumo industrial e 0,76% de outros associados. Possui também 622 consumidores (não associados), divididos em 44,05% de consumo rural, 47,11% de consumo residencial, 8,20% de consumo comercial, e outros 0,64%.

Não atendemos a nenhum Consumidor que detém o Status de “Consumidor Livre”.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM,

observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade, bem como, em conformidade com a lei das sociedades cooperativas 5.764/71 e o ITG 2004.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 2 45/2016 e 3.371/2016.

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que eles tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERCOS, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08. Desta forma, para o exercício de 2020, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: **82,22 R\$/MIL** .

Passivos Financeiros Setoriais: **-39,82 R\$/MIL**

4. Principais Práticas Contábeis

- **Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.**

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

- **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2020, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlado pelo custo médio.

- **Imposto de renda diferido**

A CERCOS - não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2020 ou anterior.

- **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERCOS não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

- **Apuração do resultado**

Os Resultados das Sobras e Perdas foram obtidos obedecendo a despesas, regime de proporcionalidade para cálculo de custos, dispêndios e despesas, uma vez que os Ingressos e Receitas foram contabilizados separadamente, bem como os respectivos impostos. Estão todas reconhecidas pelo regime de competência.

- **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador. Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016 e 3.371/2016 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: Relatório Da Administração Regulatório, Balanço Patrimonial Regulatório, Demonstração Do Resultado Do Exercício Regulatório, Demonstração Da Mutação Do Patrimônio Líquido Regulatório, Notas Explicativas Regulatórias E Parecer Dos Auditores Independentes Sobre As Demonstra es Contábeis Regulatórias.

Vale destacar, também, a apura o e publica o, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstrac o do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstrac o da Muta o do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 55, abaixo.

5. Caixa e equivalente de caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplica es e resgates). As aplica es de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2020	31/12/2019
CAIXA	0,29	0,02
BANCO CONTA MOVIMENTO	206,39	200,37
FUNDOS DE CAIXA	1,50	1,50
APLICA�ES FINANCEIRAS	0,00	0,00
TOTAL GERAL	208,18	202,07

6. Bancos conta movimento

Os saldos referentes às contas de movimentação financeiras nos exercícios de 2020 e 2019 estão a seguir demonstrados:

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	31/12/2020	31/12/2019
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE	65,48	180,05
BANCO DO BRASIL S/A	0,00	3,12
BANCO DO ESTADO S.A.- VENDA DE ATIVO	28,72	17,20
BANCO SICRED	112,19	0,00
TOTAIS	206,39	200,37

7. Aplicações no mercado aberto

A Permissionária em 2020 e 2019 não possui saldo em Aplicações Financeiras e Equivalentes de Caixa e Títulos e Fundos Vinculados.

8. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2020 e 2019, estão assim elencados, a seguir:

	2020	2019
	Legislação societária	
CONSUMIDORES		
Faturados	1.042,84	957,71
Não faturados	229,33	233,61
SUB TOTAL	1.272,17	1.191,33
Concessionárias	0	0
Permissionárias	0	0
Comercialização no âmbito do CCEE	0	0
SUB TOTAL	0	0
Serviço taxado	1,42	1,38
Outros	189,09	164,97
SUB TOTAL	190,51	166,35
TOTAL	1.462,68	1.357,68

Composição das Contas a Receber

2020	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
2020					2019	2020	2019	
Consumidor / Concessionárias / Permissionárias								
Residencial	251,16	175,07	76,25	502,48	-73,75	-49,31	428,74	390,10
Industrial	16,57	0,61	14,21	31,40	-11,18	-11,18	20,21	22,86
Comércio,	56,09	33,91	22,21	112,20	-15,45	-9,13	96,75	82,49
Rural	164,00	89,21	51,28	304,49	-29,84	-26,46	274,66	279,73
				0,00		0,00	0,00	0,00
Poder Público	15,14	22,77	6,88	44,79	0,00	0,00	44,79	45,80
Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	3,12	0,16	0,41	3,68	0,00	0,00	3,68	3,45
Municipal	12,02	22,61	6,47	41,11	0,00	0,00	41,11	42,34
				0,00		0,00	0,00	0,00
Iluminação Pública	82,79	0,00	0,00	82,79	0,00	0,00	82,79	60,23
Serviço Público	45,76	0,00	0,00	45,76	-0,39	0,00	45,38	50,05
Renda Não Faturada	229,33	-	0,00	229,33	0,00	0,00	229,33	233,61
Serviços E Outras Atividades	104,40	68,55	86,17	259,12	-19,09	-17,88	240,03	192,82
Estorno Ifrs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo A Recuperar Na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal - Consumidores	965,24	390,12	257,01	1.612,37	-149,69	-113,95	1.462,68	1.357,68
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização No Mae:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias								0,00
Total	965,24	390,12	257,01	1.612,37	-149,69	-113,95	1.462,68	1.357,68

9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
- Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

A Provisão para Devedores Duvidosos em 2020 (R\$ 149,69 Reais/mil) aumentou em 31,36% em relação ao ano de 2019 (R\$ 113,95 Reais/mil).

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRÁS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental. Tais subsídios a receber, em dezembro/2020, importavam em: 337,25 R\$/MIL.

10. Serviços em curso

Contempla registros relativos a Serviços em Curso referentes Ordem de Serviço – ODS. Não possuímos saldo na referida conta em 2020 e em 2019.

11. Tributos compensáveis

Os saldos referentes aos tributos compensáveis nos exercícios de 2020 e 2019 estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
TRIBUTOS FEDERAIS		
IMPOSTO DE RENDA PJ POR ESTIMATIVA	21,34	12,10
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17,86	9,89
IRRF RETIDO NA FONTE	13,53	13,53
PIS	0,23	0,14
TRIBUTOS MUNICIPAIS		
ISS	0,00	0,00
TOTAIS	52,96	35,66

12. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, no valor de R\$/mil 73,44 em 2020 e de R\$ 65,32 2019. Aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado igualmente registrados pelo custo médio

13. Outros ativos circulantes

Os saldos referentes aos demais créditos pendentes de recebimento, nos exercícios de 2020 e 2019, estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	2020	2019
Empregados	20,48	51,65
Fornecedores	36,26	62,63
Títulos de crédito a receber	120,45	28,96
Reembolso do fundo da cde	337,25	289,67
Outros	129,21	47,73
Desativações, alienações e dispêndios a reembolsar em curso	0,29	3,74
TOTAIS	643,94	484,38

14. Ativo não circulante

As principais rubricas que compõem o Ativo não circulante estão demonstradas abaixo:

a) Títulos e valores mobiliários

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
TÍTULO DE CAPITAL JUNTO AO SICREDI	0,30	0,00
TOTAIS	0,30	0,00

b) Outros Ativos Não Circulantes - Títulos De Crédito A Receber

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
COBRANÇA JUDICIAL PRECATORIO-ASTEINTES-SEFAZ-SE	115,01	0,00
TOTAIS	115,01	0,00

c) Outros Ativos Não Circulantes - Ativo financeiro indenizável

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica n. 009/2008, de 30 de julho de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a cooperativa (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

I. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;

II. Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A partir da Medida Provisória Nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013) a Permissionária confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da permissão. No exercício de 2019 o saldo do ativo financeiro foi ajustado com base no valor novo de reposição depreciado, utilizando-se a Base de Remuneração Regulatória – BRR, aprovada na Revisão Tarifária de 2016 através da Nota Técnica ANEEL nº 91 de 12 de abril de 2017 e atualizado pelo IPCA a partir de então.

A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO	ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL
SALDO EM 31/12/2019	1.091,66
TRANSFERÊNCIA PARA O ATIVO FINANCEIRO	(694,25)
SALDO EM 31/12/2020	397,41

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO INTANGÍVEL DA PERMISSÃO	1.926,56	1.005,34
SOMA DO INTANGÍVEL	1.926,56	1.005,34
ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL	397,42	1.091,66
SOMA DO FINANCEIRO	397,42	1.091,66

III Outros

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
VALOR HISTÓRICO	5,01	5,01
(-) DEPR. ACUMULADA VALOR HISTÓRICO	-5,01	-5,01
TRANSFERÊNCIA VNR		
TOTAIS	0,00	0,00

d) Outros Ativos Não Circulantes – Adiantamentos

MOVIMENTAÇÃO	DIRETORES, CONSELHEIROS E ACIONISTAS
SALDO EM 31/12/2019	23,85
SALDO EM 31/12/2020	16,81

e) Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	2020	2019
Em serviço societário	411,28	314,53
Em curso societário	573,80	324,66
Ativo financeiro da concessão	397,42	1.091,66
Ativo intangível da concessão	1.926,56	1.005,34
Ativo intangível em curso	297,39	382,35
Reavaliação regulatória compulsória	6.176,35	6.817,83
Sob total	9.782,79	9.936,37
Obrigações especiais vinculadas à Concessão do serviço público de energia elétrica	-288,83	-294,62
Sub total	-288,83	-294,62
Total	9.493,96	9.641,75
		0
Ativo imobilizado societário	985,09	639,19
Ativo imobilizado regulatório	9.782,79	9.936,37

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.” (OCPC 05)

• Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviço público conforme abaixo:

INTANGÍVEIS	CUSTO	DEPRECIACÃO E/OU AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LIQUIDO EM 31/12/2020	VALOR LIQUIDO EM 31/12/2019
EM SERVIÇO	1.926,56	-5,01	1.921,55	1.005,34
EM CURSO	297,39	0	297,39	382,35
TOTAL	2.223,94	-5,01	2.218,94	1.387,69

15. Ativo Financeiro Setorial

Em 31 de Dezembro de 2020, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

ATIVO FINANCEIRO SETORIAL:	2020	2019
NEUTRALIDADE DA PARCELA A	14,85	0,00
NEUTRALIDADE PARCELA A - CDE ATIVO - 2020/2021	10,27	0,00
NEUTRALIDADE PARCELA A - PROINFA ATIVO - 2020/2021	3,97	0,00
NEUTRALIDADE PARCELA A - TFSEE ATIVO - 2020/2021	0,61	0,00
	67,37	74,63
CUSTOS COM A 367	0,00	27,05
IF CUSD PIS/COFINS S/ SUPR. IRT 2019	0,00	12,25
IF TE PIS/COFINS S/ SUPR. IRT 2019	0,00	35,33
IF CUSD PIS/COFINS S/ SUPRIMENTO IRT 2020	16,36	0,00
IF TE PIS/COFINS S/ SUPRIMENTO IRT 2020	51,01	0,00
ATIVOS REGULATÓRIOS	82,22	74,63

16. Fornecedores

	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	2020	2019
ENERGISA S/A	569,65	460,56
PROINFA	-	6,56
SUB TOTAL - FORNECEDORES DE E. ELÉTRICA	569,65	467,13
MATERIAIS E SERVIÇOS	186,45	74,07
SUB TOTAL - MATERIAIS E SERVIÇOS	186,45	74,07
TOTAL	756,10	541,19

17. Empréstimos e Financiamentos

	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA				
	Principal	Circulante Encargos	Longo prazo Principal	2020	2019
MOEDA ESTRANGEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOEDA NACIONAL					
LPT ELETROBRÁS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

A CERCOS não apresentou saldo de empréstimos e financiamentos nos exercícios de 2020 e 2019.

18. Folha de pagamento

Os saldos referentes ao grupo de obrigações com funcionários e os encargos sociais, nos exercícios de 2020 e 2019, estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
FOLHA DE PAGAMENTO LÍQUIDA	60,87	58,80
FÉRIAS	128,23	140,57
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS RETIDOS NA FOLHA	34,02	30,33
CONSIGNAÇÃO EM FAVOR DA CONCESSIONÁRIA E OU TERCEIROS	0,57	0,95
TOTAIS	223,69	230,65

19. Tributos e Contribuições Sociais

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Tributos federais, estaduais e municipais		
IRPJ	13,03	62,99
CSLL	8,04	41,71
PIS	0,44	0,46
COFINS	2,05	2,11
ICMS	9,63	11,45
ISS	0,29	0,32
TAXAS	0,00	0,00
Contribuições sociais		
INSS A RECOLHER	73,36	80,66
FGTS A RECOLHER	26,35	26,48
PIS A RECOLHER	4,05	3,91
Tributos retidos na fonte		
Imposto de renda retido na fonte	1,87	1,81
PIS/COFINS/CSLL RETIDOS	0,24	0,06
PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS	250,03	84,68
TOTAIS	389,38	316,64

20. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERCOS, no exercício de 2020 e 2019.

21. Provisões para Contingências curto prazo

No exercício de 2020 e 2019 não houve provisionamento de contingências de curto prazo.

22. Encargos Setoriais

Demonstramos abaixo os Encargos setoriais sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2020 e 2019.

	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	2020	2019
		0
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	0,00	0,00
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	0,00	0,00
Quota de reserva global de reversão - rgr	0,00	0,00
Bandeiras tarifárias	32,57	47,14
Outros encargos (ccc- sist. Isolado 0,3%)	0,00	0,00
Taxa de fiscalização - aneel	1,42	1,38
Conta de desenvolvimento energético - cde	13,89	11,44
Pesquisa e desenvolvimento energético - pee	37,40	35,51
Pesquisa e desenvolvimento - p&d	20,44	20,44
TOTAL	105,72	115,91

23. Passivo Financeiro Setorial

PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL:	2020	2019
NEUTRALIDADE DA PARCELA A	-3,53	-33,74
NEUTRALIDADE PARCELA "A" - CDE PASSIVO - 2018/2019	0,00	-0,12
NEUTRALIDADE PARCELA "A" - PROINFA PASSIVO - 2018/2019	0,00	0,00
NEUTRALIDADE PARCELA "A" - TSFEE PASSIVO - 2018/2019	0,00	0,00
NEUTRALIDADE PARCELA A - CDE PASSIVA - 2019/2020	-0,79	-23,02
NEUTRALIDADE PARCELA A - PROINFA PASSIVO - 2019/2020	-0,46	-8,82
NEUTRALIDADE PARCELA A - TFSEE PASSIVO - 2019/2020	-0,26	-1,78
NEUTRALIDADE PARCELA A - CDE PASSIVA - 2020/2021	-1,25	0,00
NEUTRALIDADE PARCELA A - PROINFA PASSIVO - 2020/2021	-0,48	0,00
NEUTRALIDADE PARCELA A - TFSEE PASSIVA - 2020/2021	-0,29	0,00
BANDEIRAS TARIFARIAS	-36,28	-53,03
BANDEIRAS TARIFARIAS CREDORAS - CICLO 2019/2020	-36,28	-53,03
IF REEMBOLSO EX-ISOLADOS DIF. ICMS	0,00	0,00
IF REEMBOLSO EX-ISOLADOS DIF. ICMS	0,00	0,00
PASSIVOS REGULATÓRIOS	-39,82	-86,76

24. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em sete de julho de 2011 nossa Permissionária protocolou seu pedido de consolidação de parcelamento de saldo remanescente dos programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários- Art. 3º - Débitos Previdenciários, da Lei 11.941, de 2009, conforme protocolo nº 28980989719609780855 confirmado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e em 21/12/2015 foi repactuado o parcelamento Refis do ICMS processo nº 201501013532 com a Fazenda Estadual. Em 2020 consolidamos mais três parcelamentos Refis junto à Fazenda Estadual.

Através de correção pela Selic como determina a lei 11941/2009 o débito da Cooperativa encerrou em 31/12/2020 com o valor de ambos de R\$ 879,79 Reais mil (R\$ 250,03 Curto Prazo e R\$ 629,76 no Longo Prazo). A condição essencial para manutenção e ativação do Parcelamento é não atrasar ou deixar de pagar mais de três parcelas consecutivas ou intercaladas.

25. Provisões para Contingências longo prazo

No exercício de 2020 houve reversão do saldo de 90,82 R\$/mil de contingências de longo prazo.

26. Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição:

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - R\$ MIL	VALOR	AMORTIZAÇÃO	VALOR LIQUIDO
	BRUTO EM	ACUM.	EM
Em Serviço	31/12/2020		31/12/2020
Participação Da União, Estados E Municípios	-333,58	103,50	-230,08
Data De Aquisição: Anterior A 31/12/2015	-30,72	1,40	-29,32
Participação Financeira Do Consumidor	-123,71	38,88	-84,83
Data De Aquisição: Anterior A 31/12/2015	-123,71	38,88	-84,83
Doações E Subv. A Invest. No Serviço Concedido	- 8,11	0,20	-7,91
Transferência De Rede 01/2019	-1,74	0,15	-1,59
Transferência De Rede 01/2020	-0,43	0,02	-0,41
Transferência De Rede 12/2020	-5,94	0,03	-5,91
Programa De Eficiência Energética - Pee	-10,16	2,66	-7,50
Data De Aquisição: Anterior A 31/12/2015	-10,16	2,66	-7,50
Pesquisa E Desenvolvimento	-	-	-
Data De Aquisição: Anterior A 31/12/2015	-	-	-
Universalização Serv. Púb. De Energia Elétrica	-160,88	60,36	-100,52
Data De Aquisição: Anterior A 31/12/2015	-160,88	60,36	-100,52
Valores Pendentes De Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros	- 63,07	6,15	- 56,92
Ultrapassagem De Demanda	- 14,83	0,95	- 13,87
Data De Aquisição: 2012/2016	- 3,99	0,64	- 3,35
Data De Aquisição: 2016/2020	- 10,84	0,32	- 10,52
Excedente De Reativos	- 48,24	5,19	- 43,05
Data De Aquisição: 2012/2016	- 29,00	4,63	- 24,37
Data De Aquisição: 2016/2020	- 19,24	0,56	- 18,68
Diferença Das Perdas Regulatórias			
Outros			- 1,83
TOTAL	-396,65	109,65	-288,83

27. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 representa R\$ 591,40 (Reais/mil), sendo composto por 591,40 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

COTISTAS	COTAS	%
Jose bispo da hora	5,61	0,95%
Sinval costa santos	4,75	0,80%
Cooperativa mista de agricultura do tr	2,66	0,45%
Luis fernandes neto	2,47	0,42%
Joseval santos rodrigues	2,16	0,37%
Joao batista dos santos	1,67	0,28%
Gilberto alves do nascimento	1,55	0,26%
Jose enidio de santana	1,39	0,24%
Jose oliveira fontes irmãos	1,37	0,23%
Manoel monteiro dos santos	1,19	0,20%
Erasmus rosa trindade	1,18	0,20%
Posto santa luzia	1,48	0,25%
Maria da conceição gonçalves santana	1,03	0,17%
Juncudino rodrigues filho	0,91	0,15%
Lenice maria de jesus	0,88	0,15%
Jose raimundo dos santos	0,88	0,15%
Benicio monteiro da cruz	0,85	0,14%
Demais cooperados n° 6.876	559,37	94,58%
T O T A L 6.893	591,40	100%

Reserva de Capital e Reserva de Lucros e Sobras

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela abaixo:

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA			
	2020	-	2019
	-	-	-
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	-	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	-	0,00
Conta de resultados a compensar (crc)	0,00	-	0,00
Outras	-47,37	-	29,49
Sub total	-47,37	0,00	29,49
Total da reserva de capital	-47,37	0,00	29,49
Reservas de lucros e sobras			
	Legislação Societária		
	2020	-	2019
Reserva de lucros	-	-	-76,86
Reserva legal	778,13	-	629,40
Fates	490,48	-	415,25
Lucros a realizar	0,00	-	0,00
Reserva para investimentos	1.169,73	-	919,86
Sobras à disposição da assembleia	497,46	-	215,50
Sub total	2.935,81	-	2.103,15
Total das reservas	2.888,43		2.132,64

Conforme determinações do Despacho 4.991/2011-SFF/ANEEL (Despacho de Encerramento), item 2.6, procedemos em 2013, ao reconhecimento contábil da Avaliação (VNR) com a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Tal contabilização debitou nosso Ativo Imobilizado em Serviço em contrapartida ao Subgrupo Contábil Resultados Abrangentes - Reservas de Reavaliação no Grupo Contábil Patrimônio Líquido. A CERCOS não teve os valores reavaliados nesse exercício por conta da mudança para o módulo

PRORET 8.4. Vale salientar que tais números não influenciarão o Resultado Societário, uma vez que são revertidos pelos efeitos IFRS.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2020 não houve nenhum ajuste de exercícios anteriores.

28. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2020 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

29 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº DE CONSUMIDORES		MWH MIL		R\$ MIL	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
RECEITA BRUTA	5.983	5.740	10.621	10.167	6.280	6.162
FORNECIMENTO - FATURADO	3.826	3.437	4.259,22	3.698,62	2.453,08	2.361,67
RESIDENCIAL	5	5	286,96	386,42	167,22	208,14
INDUSTRIAL	217	204	790,74	710,23	632,37	602,74
COMERCIAL	1.890	1.990	2.819,49	2.842,03	1.724,11	1.649,25
RURAL	31	32	183,96	191,66	156,62	167,51
PODER PÚBLICO	5	64	1.610,24	1.692,74	689,02	740,07
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	9	8	669,95	645,63	457,56	432,36
SERVIÇO PÚBLICO	-	-	-	-	3.988,67	3.788,82
SUPRIMENTO FATURADO	-	-	-	-	3.988,67	3.788,82
USO DA REDE ELÉTRICA DE DISTRIBUIÇÃO FATURADO	-	-	-	-	-3.988,67	-3.788,82

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS. Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

30. Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2020 e 2019 a CERCOS não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

31. Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	QUANTIDADE MWH		LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	2020	2019	Reais Mil	
	2020	2019	2020	2019
ENERGISA DISTRIBUIÇÃO	12.006,60	11.566,30	3.842,35	3.825,03
PROINFA			71,32	74,43
ENERGIA MICROGERAÇÃO	104,26	64,46	77,29	47,26
		0		
TOTAL	12.110,86	11.642,76	3.990,96	3.946,72

32. Despesas Operacionais

DESPESAS OPERACIONAIS	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
PESSOAL						
REMUNERAÇÕES	0	0	1.760,78	1.755,19	0	0
ENCARGOS SOCIAIS	0	0	606,46	592,72	0	0
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	0	0	80,25	55,41	0	0
INDENIZAÇÕES (RESCISÕES)	0	0	114,55	28,37	0	0
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	0	0		0,00	0	0
(-) TRANSFERÊNCIAS PARA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	0	0	-87,54	-36,27	0	0
AUXÍLIO ESTUDANTE	0	0		0,00	0	0
OUTROS BENEFÍCIOS	0	0	64,60	59,76	0	0
TOTAL PESSOAL	0	0	2.539,11	2.455,18	0	0
MATERIAL	0	0	266,20	235,04	0	0
SERVIÇOS DE TERCEIROS	0	0	269,05	231,22	0	0
ARRENDAM. E ALUGUÉIS	0	0	25,20	16,32	0	0
DEPREC. E AMORTIZAÇÃO	0	0	178,68	171,89	0	0
PROVISÕES	0	0	- 55,08	- 28,93	0	0
PROVISÕES PCLD?	0	0	35,74	14,70	0	0
OUTRAS PROVISÕES	0	0	- 90,82	- 43,62	0	0
OUTRAS				0		
ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	0	0	3.971,17	3.922,86	0	0
TAXA DE FISCALIZAÇÃO	0	0		0	0	0
TRIBUTOS	0	0	92,94	32,29	0	0
OUTRAS	0	0	225,94	340,06	0	0
TOTAL OUTRAS	0	0	4.290,05	4.295,21	0	0
TOTAL GERAL	0	0	7.513,21	7.375,93	0	0

33. Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Geração	Transmissão	Distribuição	Comercialização	Atividades n/vinculadas à concessão Serviço Público de Energia Elétrica	Legislação Societária	
						2020	2019
ENCARGOS FINANCEIROS TOTAIS	0,00	0,00	124,95	0,00	0,00	124,95	37,69
(-) TRANSFERÊNCIAS PARA IMOBILIZADO EM CURSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LÍQUIDO APROPRIADO NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	124,95	0,00	0,00	124,95	37,69
EFEITOS INFLACIONÁRIOS E CAMBIAIS TOTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) TRANSFERÊNCIAS PARA IMOBILIZADO EM CURSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LÍQUIDO APROPRIADO NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	124,95	0,00	0,00	124,95	37,69

34. Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

Segue abaixo Reconciliação do IRPJ e CSLL sobre operações com não associados:

	2020	2019
SOBRAS (PERDAS) REGULATÓRIAS ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	360,59	158,16
AJUSTES EFEITOS IFRS	383,08	314,31
LUCRO AJUSTADO (SOBRAS (PERDAS) SOCIETÁRIAS ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL)	743,66	472,47
AJUSTES LALUR	-663,66	-408,14
BASE DE CÁLCULO FISCAL	80,00	64,33
IMPOSTO DE RENDA (15%)	-7,20	-9,65
IMPOSTO DE RENDA ADICIONAL (10%)	-	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (9%)	-12,00	-5,79
EFEITOS FISCAIS SOBRE:	-	-
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	-	-
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	-	-
INCENTIVOS FISCAIS	-	-
ENCARGOS CAPITALIZADOS	-	-
COMPENSAÇÃO DA CSLL E COM A COFINS	-	-
OUTROS	-	0
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	-19,20	-15,44

35. Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa até o exercício de 2020.

36. Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Como benefício a CERCOS oferece a seus funcionários auxílio alimentação, importando em 80,25 R\$/mil no ano de 2020.

37. Transações com Partes Relacionadas

Não houve transação com partes relacionadas no exercício 2020 e 2019.

A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa” do pessoal da administração, foram pagos durante o exercício:

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

	2020	2019
REMUNERAÇÃO	211,27	208,66
ENCARGOS	54,52	52,10
BENEFÍCIOS	1,98	2,72
TOTAL	267,78	263,48

38. Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2020 e 2019, exceção feita a aplicações de curto e longo, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

39. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

	DATA DA	IMPORTÂNCIA	IMPORTÂNCIA
RISCOS	vigência	Vlr segurado	Prêmio
VEÍCULOS	2020/2021	378,31	25,20

Equipamentos nomeados – Na apólice contratada da Bradesco Auto Re Seguros foram segurados os veículos abaixo relacionados:

Três Veículos:

- 01 veículo saveiro placa QKU 8579
- 01 veículo Volkswagen Caminhão 17.250 E Constellation 4x2 placa NVG 6620

Equipamentos nomeados – Na apólice contratada da Seguros Tóquio Marine, foi segurado o veículo abaixo relacionado:

- 01 veículo gol placa QKQ-2518
- 01 veículo saveiro placa QKW 8416
- 01 veículo gol placa QMM0J23
- 01 veículo gol placa QMM8C63

Equipamentos nomeados – Na apólice contratada da Sul America Cia Nacional De Seguros, foram segurados os veículos abaixo relacionados.

05 motos:

- Moto 160 BROSS placa QKV6778
- Moto 160 BROSS placa QKW5245
- Moto 160 BROSS placa QKY3438
- Moto 150 BROSS placa QKO 3925

- Moto 150 BROSS placa QKO 3951

Todos segurados contra danos materiais, danos Corporais, APP por morte e invalidez permanente.

40. Eventos Subsequentes

40.1 - Terceiro Termo Aditivo com Contrato de Permissão e Índices de Equilíbrio Econômico e Financeiro da Permissão

Em 15/04/2020 a CERCOS assinou o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Permissão, o qual altera o seu prazo de vigência, a sua Data-Base e as regras de cálculo tarifário.

“CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto dar nova redação às Cláusulas Sexta e Décima Quarta do Contrato de Permissão para Distribuição de Energia Elétrica nº 009/2008-ANEEL, celebrado em 30 de julho de 2008, alterando o seu prazo de vigência, a sua Data-Base e as regras de cálculo tarifário.”

Ao assinar a renovação da Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os próximos 30 anos, a CERCOS se comprometeu junto ao Poder Concedente a cumprir as metas de equilíbrio que pudessem ser mensuradas através de índices regulatórios, inicialmente para os próximos 5 (cinco) anos.

40.2 Índices de Continuidade e Frequência (DECI/FECI) – Parâmetros do Contrato de Concessão

A exemplo dos índices econômicos e financeiros destacados acima, o Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica, determina o cumprimento dos índices de continuidade e qualidade de Energia Distribuída (DECi/FECi). Para nossa Distribuidora tais índices ainda não foram definidos, dessa forma utilizamos os índices de DEC/FEC para acompanhamento dos parâmetros de continuidade e frequência, para o exercício de 2020, os índices máximos eram em 16,00 para o DEC e 12,00 de FEC. Nossos índices ficaram em 24,14 para o DEC e 11,78 para o FEC. Para 2021 os índices determinados serão 17,00 para o DEC e 13,00 para o FEC. Trabalhamos continuamente na renovação tecnológica de nossas redes para essas metas possam ser cumpridas no ano que se inicia.

40.3 Subsídios Baixa Densidade de Carga - fixação de valor:

A CERCOS, em seu IRT 2020 teve fixado para benefício de seus consumidores, o Subsídio Baixa Densidade de Carga, cuja metodologia prevê a inclusão de valores negativos nos chamados "Itens Financeiros" da Permissionária para depósito pela União, através da CCEE, utilizando-se a verba do fundo CDE, para reembolsar o valor deduzido, através de parcelas fixas e mensais. Esse valor, fixado para nossa Empresa em 2020, foi de R\$ 72,68 reais mil mensais, totalizando 807,70 Reais mil anuais.

Esse valor ocasionará efeito zero em nossos caixas, porém, beneficiará nosso consumidor com tarifas menores, causando impacto positivo à sociedade local.

40.4 Efeitos do Coronavírus (Covid 19) nas Demonstrações Financeiras

Conforme determinação do OFICIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEEP/nº 02/2020, mesmo sendo a Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda uma Sociedade Cooperativa Ltda, é atualmente uma componente do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica brasileiro, e, atendendo determinações da ANEEL, destaca abaixo que:

Mesmo sendo nossa área de Permissão pequena e do interior, entendemos que a Pandemia será de grande relevância para os resultados econômicos e financeiros da empresa, uma vez que, mesmo que a Energia continue a ser utilizada nas residências, já se vislumbra grande desaquecimento industrial, e lockdown no comércio, que certamente trarão, no primeiro momento, baixa de fluxo de caixa, e, no segundo momento deverá trazer frustração de faturamento nos meses subsequentes. Neste efeito subsequente, nossa administração preocupa-se com:

- 1) Impacto na aquisição de energia junto à Supridora, cujos limites contratuais restringem-se em possibilidades de variação de 90% a 110%, e, que, neste ano entendemos ser necessário flexibilização maior. Procuraremos resguardo do Órgão Regulador nesta regra;
- 2) Adicionalmente, à compra de energia, temos a contratação da demanda de conexão, que, em caso de haver prolongamento da crise, também precisará ter tratamento especial para sobrecontratações;
- 3) Por fim, a CERCOS esclarece para toda a sociedade, sócios quotistas, Órgão Regulador e demais partes interessadas que, estará seguindo rigorosamente as orientações

do Ministério da Saúde e que compreende o grande desafio em que se encontra de cuidar de seus colaboradores, dentre os quais, alguns se encontram em home office, por fazerem parte do grupo de risco, e ao mesmo tempo, atender bem aos seus consumidores, uma vez que se trata de atividade essencial.

40.5 Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2020 a CERCOS contabilizou 12,30% de Perdas (Técnicas mais não Técnicas). A ANEEL publicou a meta regulatória de 11,80%. Durante o ano de 2020 a CERCOS continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

40.6 Revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, determinou a criação de grupo de trabalho para a revisão periódica das normas contábeis do Setor Elétrico.

A CERCOS mantém-se constantemente atualizada para tempestivamente implementar a atualização das normas, e, ao mesmo tempo, mensurar seus efeitos aos Srs. Sócios Quotistas.

40.7 Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Durante o exercício de 2020, o STF encerrou o julgamento do tema EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS, consagrando, de forma definitiva, que o ICMS não deve fazer parte da base de cálculo destes impostos federais. Contudo, não houve a chamada "repercussão geral", ou seja, este entendimento só é permitido a quem requerer judicialmente. Neste sentido, a administração da CERCOS para que possa haver energia mais barata aos seus consumidores, estará ajuizando esta solicitação logo no início de 2021, para trazer aos seus consumidores, o mais breve possível este benefício fiscal, que repercute no total da fatura de energia elétrica.

41. Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2020, a Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe LTDA – CERCOS desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente nos cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004).

Responsabilidade Social

A CERCOS participa de ações na comunidade, através de patrocínios, em eventos de pequeno porte educativos, religiosos e comunitários, e incentivo ao esporte.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA - CERCOS

CNPJ NO 13.107.842/0001-99						
DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2020 E 2019						
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)						
	2020			2019		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - BASE DE CÁLCULO						
RECEITA LÍQUIDA (RL)			8.292,78			7.761,49
LUCRO OPERACIONAL (LO)			779,57			385,55
FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA (FPB)			2.271,33			2.191,71
			%			%
			sobre			sobre
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
ALIMENTAÇÃO- AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E OUTROS	80,25	3,53%	0,97%	55,41	2,53%	0,71%
ENCARGOS SOCIAIS COMPULSÓRIOS	548,76	24,16%	6,62%	596,67	27,22%	7,69%
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
SAÚDE - CONVÊNIO ASSISTENCIAL E OUTROS BENEFÍCIOS	34,43	1,52%	0,42%		1,12%	0,32%
				24,60		
SEGURANÇA NO TRABALHO - CIPA E EXAMES PERIÓDICOS		0,06%	0,02%		0,17%	0,05%
	1,30			3,62		
EDUCAÇÃO - AUXÍLIO EDUCAÇÃO	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL		0,16%	0,04%		0,17%	0,05%
	3,58			3,65		
AUXÍLIO CRECHE	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
INCENTIVO À APOSENTADORIA E DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
VALE-TRANSPORTE - EXCEDENTE		0,85%	0,23%	0	0,00%	0,00%
	19,25					
OUTROS BENEFÍCIOS	84,20	3,71%	1,02%		1,15%	0,33%
				25,26		
TOTAL	771,77	33,98%	9,31%	709,22	32%	9%
			%			%
			sobre			sobre
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
EDUCAÇÃO - PROJETO DOM BOSCO, PATROCÍNIO EVENTOS ESCOLARES	59,40	7,62%	0,72%	78,23	13,30%	1,12%
CULTURA - EVENTOS COMUNITÁRIOS	21,97	2,82%	0,26%	57,59	9,79%	0,83%
SAÚDE	27,66	3,55%	0,33%	14,50	2,47%	0,21%
BOLSA PARA ESTÁGIO	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
PROGRAMA ADOLESCENTE APRENDIZ		1,80%	0,17%	10,22	1,74%	0,15%
	13,99					
HABITAÇÃO - REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
ESPORTE E LAZER	16,60	2,13%	0,20%	48,42	8,24%	0,69%
DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	55,63	7,14%	0,67%	61,24	10,41%	0,88%
TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE	195,25	25,05%	2,35%	270,20	45,95%	3,87%
TRIBUTOS - EXCLUÍDOS ENCARGOS SOCIAIS	208,70	26,77%	0,03%	159,69	41,42%	2,06%
TOTAL	208,70	26,77%	0,03%	429,88	41,42%	2,06%
			%			%
			sobre			sobre
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
DESAPROPRIAÇÕES DE TERRAS	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
ESTAÇÃO ECOLÓGICA - FAUNA / FLORA	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
RELACIONAMENTO COM A OPERAÇÃO DA EMPRESA						
PROGRAMA SOCIAL DE ELETRICIDADE RURAL	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
REDE COMPACTA OU LINHA VERDE	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
PROGRAMA DE ELETRIFICAÇÃO PARA POPULAÇÃO CARENTE	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL		0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
MUSEU ECOLÓGICO	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
PROGRAMAS ESPECIAIS / PROJETOS EXTERNOS	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
TOTAL	0	0	0	0	0	0

Indicadores do corpo funcional

	2020	2019
	em unidades	
EMPREGADOS NO FINAL DO PERÍODO	43	43
ESCOLARIDADE DOS EMPREGADOS		
SUPERIOR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	14	15
ENSINO MÉDIO	18	22
ENSINO FUNDAMENTAL	11	6
FAIXA ETÁRIA DOS EMPREGADOS		
ABAIXO DE 30 ANOS	17	20
DE 30 ATÉ 45 ANOS (EXCLUSIVE)	16	13
ACIMA DE 45 ANOS	10	10
ADMISSÕES DURANTE O PERÍODO	5	2
MULHERES QUE TRABALHAM NA EMPRESA	10	11
% DE CARGOS GERENCIAIS OCUPADOS POR MULHERES EM RELAÇÃO AO Nº TOTAL DE MULHERES	10%	10%
% DE CARGOS GERENCIAIS OCUPADOS POR MULHERES EM RELAÇÃO AO Nº TOTAL DE GERENTES	50%	50%
NEGROS QUE TRABALHAM NA EMPRESA	5	5
% DE CARGOS GERENCIAIS OCUPADOS POR NEGROS EM RELAÇÃO AO Nº TOTAL DE NEGROS	0,00%	0,00%
% DE CARGOS GERENCIAIS OCUPADOS POR NEGROS EM RELAÇÃO AO Nº TOTAL DE GERENTES	0,00%	0,00%
PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA	0	0
DEPENDENTES		
ESTAGIÁRIOS		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Empresa possui benefícios vale alimentação, vale transporte, plano de saúde 50% (adesão livre)	Empresa possui benefícios vale alimentação, vale transporte, plano de saúde 50% (adesão livre)
RELAÇÃO ENTRE A MAIOR E A MENOR REMUNERAÇÃO NA EMPRESA	6,26	8,07
MAIOR REMUNERAÇÃO	8,51	8,43
MENOR REMUNERAÇÃO	1,36	1,05
ACIDENTES DE TRABALHO	2	0

42. Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERCOS, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, sendo que, ao término do exercício de 2020, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual no exercício atingiu um montante de R\$ - 8.292,78 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 6,85% que foi de R\$ - 7.761,49 (Reais/mil).

Número de Consumidores– O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2020 foi de 5.983, já em 2019 foi de 5.740 ocasionando um aumento de 4,23% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2020, montaram em R\$ 2.271,33(Reais/mil) e no exercício anterior montaram R\$ 2.191,71(Reais/mil), ocasionado um aumento de R\$ 3,63 % em relação ao ano anterior.

Custos Gerenciáveis da Parcela B – Os Custos Gerenciáveis da Parcela B, excluindo as despesas com pessoal, no exercício de 2020, foram de R\$ 1.270,70 (Reais/mil), superior em - 0,74% ao ano anterior que foi de R\$ 1.261,37(Reais/mil).

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2020 importou em R\$ -35,42 (Reais/mil), inferior em 59,25% ao exercício de 2019 que foi de R\$ -86,92 (Reais/mil).

43. Análise Econômico-Financeira

COEFICIENTES	FÓRMULA	UNIDADE	2020	2019
1. LIQUIDEZ				
CORRENTE OU COMUM	AC / PC	R\$	1,35	1,39
SECA	(AC - E) / PC	R\$	1,31	1,35
ABSOLUTA	AD / PC	R\$	0,11	0,13
GERAL	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	2,24	2,03
2. LUCRATIVIDADE				
BRUTA S/ VENDAS	(LB / VB) x 100	%	9,44	6,41
OPERACIONAL S/ VENDAS	(LO / VB) x 100	%	9,03	5,23
LÍQUIDA S/ VENDAS	(LL / VB) x 100	%	9,22	6,17
LÍQUIDA S/ CAPITAL	(LL / CS) x 100	%	134,56	77,14
LÍQUIDA S/ PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(LL / PL) x 100	%	22,87	16,71
3. RENTABILIDADE				
RETORNO LÍQUIDO S/ INVESTIMENTOS	(LL / AT) x 100	%	12,64	8,46
4. ENDIVIDAMENTO				
RECURSOS DE TERCEIROS NO INVESTIMENTO	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	44,71	49,34
RECURSOS PRÓPRIOS NO INVESTIMENTO	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	55,29	50,66
5. INVESTIMENTOS				
CAPITAL FIXO APLICADO	(AP / AT) x 100	%	50,99	37,72
CAPITAL DE RISCO APLICADO	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	100,00	100,00
6. GARANTIAS				
REAIS S/ CAPITAL	(IM / CS) x 100	%	166,57	108,42
TOTAIS S/ CAPITAL	(AP / CS) x 100	%	542,62	343,80
7. CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO				
CAPITAL DE GIRO	(AC - PC) / 1.000	R\$	659,86	624,58

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prazo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com fórmulas padrão de finanças e análise financeira.

44. Informações de Natureza Social e Ambiental

A CERCOS, periodicamente efetua o serviço de “Poda de Árvores” nas redes aéreas de distribuição. O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

45. Energia Livre

A CERCOS, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na Legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a ENERGISA S.A., conforme instruções do Órgão Regulador.

46. ICMS sob Subvenção Baixa Renda

A CERCOS não possui tributação e nem recolhimento do ICMS sobre a citada subvenção.

47. Deferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Informações do reajuste

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.694, DE 26 DE MAIO DE 2020 que As tarifas de aplicação da Cercos, constantes da Resolução Homologatória nº 2.534, de 23 de abril de 2019, prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 2.673, de 14 de abril de 2020, ficam em média reajustadas em -1,44% (menos um vírgula quarenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERCOS;

b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERCOS;

c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

d) etc.

Os efeitos desse decreto tiveram efeito a partir do ano de 2019.

48. Revisão Tarifária Periódica – Fato relevante.

Em 2020 a CERCOS passou por seu 3º ciclo de Revisão Tarifária, desta vez, por força da assinatura do 3º Termo aditivo ao contrato de permissão 009/2008, no qual ficou estabelecido novas regras de Revisão Tarifária Periódica, a empresa aderiu ao submódulo PRORET 8.4. Sendo assim, cumprindo as novas determinações, a CERCOS teve suas novas tarifas aprovadas por meio da RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.694, DE 26 DE MAIO DE 2020, em vigor no período de 29 de maio de 2020 a 28 de maio de 2021.

49. Ganhos Contingentes

A CERCOS não possui neste exercício Ganhos Contingentes e nem em exercício anterior.

50 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória nº 2.225 de 18 de abril de 2017, se atualizados pelo IPCA, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

COMPONENTES DO INVESTIMENTO REMUNERÁVEL	INDICES	5,42%	3,66%	5,80%	3,25%
	REVISÃO 04/16	REAJUSTE 04/17	REAJUSTE 04/18	REAJUSTE 04/19	REAJUSTE 04/20
(1) ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO (VALOR NOVO DE REPOSIÇÃO)	11.503,09	12.126,56	12.570,39	13.299,47	13.731,71
(2) OBRIGAÇÕES ESPECIAIS BRUTAS	-	-	-	-	-
(3) BENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	679,82	716,67	742,90	785,99	811,53
(4) BASE DE REMUNERAÇÃO BRUTA = (1)-(2)-(3)	10.823,27	11.409,89	11.827,49	12.513,49	12.920,17
(5) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	4.109,82	4.332,57	4.491,14	4.751,63	4.906,06
(6) VALOR DA BASE DE REMUNERAÇÃO (VBR) = (1) - (5)	7.393,27	7.793,99	8.079,25	8.547,85	8.825,65
(7) OBRIGAÇÕES ESPECIAIS LÍQUIDAS	-	-	-	-	-
(8) TERRENOS E SERVIDÕES	-	-	-	-	-
(9) ALMOXARIFADO EM OPERAÇÃO	34,51	36,38	37,71	39,90	42,21
(10) BASE DE REMUNERAÇÃO LÍQUIDA TOTAL = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	7.427,78	7.830,37	8.116,96	8.587,75	8.867,86
(11) TAXA DE DEPRECIÇÃO	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
(12) QUOTA DE REINTEGRAÇÃO REGULATÓRIA	-	-	-	-	-
(13) REMUNERAÇÃO DE CAPITAL (RC) = BRRLÍQ X WACC	297,11	313,21	324,68	343,51	354,71

51. Reajuste Tarifário

A Cercos teve seu segundo reajuste tarifário em abril de 2011 (IRT-2011), para o período de 29 de abril de 2011 a 28 de abril de 2012, conforme Resolução Homologatória nº 1.144 de 26 de abril de 2011. E para os períodos de 29 de abril de 2012 a 28 de abril de 2013 e de 29 de abril de 2013 a 28 de abril de 2014, através das Resoluções Homologatórias de números 1.282 e 1.520 respectivamente, teve suas tarifas mantidas, em função do aguardo, por parte da ANEEL, da aplicação da metodologia da revisão tarifária das permissionárias cujos

efeitos serão retroativos com geração de Bolha Financeira. Em 03 de dezembro de 2013 foi homologada a primeira revisão tarifária da CERCOS – RTP, conforme Resolução homologatória nº 1.662. Em 2014 o reajuste tarifário anual ocorreu em 22 de abril de 2014, sendo homologado por meio da Resolução Homologatória nº 1.720, para o período de 29 de abril de 2014 a 28 de abril de 2015. Para o período de 29 de abril de 2015 a 28 de abril de 2016 a Resolução Homologatória de revisão das tarifas foi a de nº 1.883 de 22 de abril de 2015. Em virtude da não conclusão das normas e, conseqüente não realização de nossa Segunda Revisão Tarifária Periódica no exercício de 2016, nossa tarifa permaneceu congelada aos valores da tarifa 2015/2016. As tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de revisão tarifária de 2017 foram estabelecidas conforme a Resolução Homologatória nº 2.225 de 18 de abril de 2017. Para o período de 18 de abril de 2017 a 24 de abril de 2018. Para o período de 25 de abril de 2018 a 24 de abril de 2019, pela Resolução Homologatória nº 2.534, de 23 de abril de 2019 que tarifas de aplicação da Cercos, constantes da Resolução Homologatória nº 2.390 de 24 de abril de 2018, ficam, em média, reajustadas em 7,29 % (sete vírgula vinte e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.694, DE 26 DE MAIO DE 2020 que As tarifas de aplicação da Cercos, constantes da Resolução Homologatória nº 2.534, de 23 de abril de 2019, prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 2.673, de 14 de abril de 2020, ficam em média reajustadas em -1,44% (menos um vírgula quarenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

52. Fusões, Cisões e Incorporações

Não ocorreram processos de Fusões, Cisões e Incorporações no exercício de 2020 e anteriores.

53. Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativo

No exercício de 2020 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERCOS vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. A ANEEL, no exercício de 2012, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória. A CERCOS realizou esse processo em 2014 e 2019.

54. Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 662,07 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2020, foram utilizadas as seguintes contas.

	2020	2019
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	795,79	454,75
JUROS SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-35,42	-86,92
IMPOSTOS (IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO)	19,20	17,71
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	178,68	171,89
	958,26	557,43

55. Balanço Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, apresentamos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2020

Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		2.555,05	0,00	2.555,05	0,00	2.555,05
Caixa e equivalentes de caixa	N.5	208,18	-	208,18	-	208,18
Consumidores		1.462,68	-	1.462,68	-	1.462,68
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		52,96	-	52,96	-	52,96
Depósitos judiciais e cauções		0,02	-	0,02	-	0,02
Almoxarifado operacional		73,44	-	73,44	-	73,44
Investimentos temporários		19,65	-	19,65	-	19,65
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		82,22	-	82,22	-	82,22
Despesas pagas antecipadamente		11,94	-	11,94	-	11,94
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		643,94	-	643,94	-	643,94
Ativo não circulante		9914,91	-6.176,35	3738,56	0,00	3738,56
Consumidores		0	0	0	0,00	
Concessionárias e permissionárias		0	0	0	0,00	
Serviços em curso		0	0	0	0,00	
Tributos compensáveis		0	0	0	0,00	
Depósitos judiciais e cauções		0	0	0	0,00	
Investimentos temporários		0,30	0	0,30	0,00	0,30
Empréstimos		0	0	0	0,00	
Tributos diferidos		0	0	0	0,00	
Ativos financeiros setoriais		0	0	0	0,00	
Despesas pagas antecipadamente		0	0	0	0,00	
Bens e direitos para uso futuro		0	0	0	0,00	
Instrumentos financeiros derivativos		0	0	0	0,00	
Outros ativos não circulantes		131,81	397,42	529,23	-397,42	131,81
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		0	0	0	0,00	
Imobilizado		9732,79	-8747,71	985,09	2571,36	3556,45
Intangível		50,00	2173,94	2223,94	-2173,94	50,00
Total do ativo		12.469,96	-6.176,35	6.293,61	0,00	6.293,61
Passivo						
Passivo circulante		1.895,19	-	1.895,19	0,00	1.895,19
Fornecedores		756,10	-	756,10	0,00	756,10
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	0,00	-
Obrigações sociais e trabalhistas		223,69	-	223,69	0,00	223,69
Benefício pós-emprego		-	-	-	0,00	-
Tributos		389,39	-	389,39	0,00	389,39
Provisão para litígios		-	-	-	0,00	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	0,00	-
Encargos setoriais		105,72	-	105,72	0,00	105,72
Provisão para descomissionamento		-	-	-	0,00	-
Passivos financeiros setoriais		39,82	-	39,82	0,00	39,82
Provisão para uso do bem público		-	-	-	0,00	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	0,00	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	0,00	-
Obrigações com associados		30,09	-	30,09	0,00	30,09
Outros passivos circulantes		350,39	-	350,39	0,00	350,39
Passivo não circulante		918,59	-	918,59	0,00	918,59
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		629,76	-	629,76	-	629,76
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		288,83	-	288,83	-	288,83
Total do passivo		2.813,78	0,00	2.813,78	0,00	2.813,78
Patrimônio líquido						
Capital social		591,40	0,00	591,40	-	591,40
Reservas de capital		- 467,19	419,82	- 47,37	0,00	- 47,37
Outros resultados abrangentes		6.176,35	-6176,35	-	-	-
Reservas de lucros		-	0,00	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	0,00	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		2.438,35	0,00	2.438,35	-	2.438,35
Sobras à disposição da Assembleia		917,28	-419,82	497,46	-	497,46
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		9.656,18	-6.176,35	3.479,83	0,00	3.479,83
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.469,96	-6.176,35	6.293,61	0,00	6.293,61

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2020

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		8.629,15	-	8.629,15	-	8.629,15
Fornecimento de energia elétrica		6.275,69	-	6.275,69	-	6.275,69
(-) Transferências	-	3.995,19	-	3.995,19	-	3.995,19
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		3.988,67	-	3.988,67	-	3.988,67
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		115,32	-	115,32	-	115,32
Serviços cobráveis		4,45	-	4,45	-	4,45
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		2.240,21	-	2.240,21	-	2.240,21
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-
Tributos		- 115,76	-	- 115,76	-	- 115,76
ICMS	-	91,56	-	91,56	-	91,56
PIS-PASEP	-	4,31	-	4,31	-	4,31
Cofins	-	19,88	-	19,88	-	19,88
ISS	-	0,02	-	0,02	-	0,02
Encargos - Parcela "A"		- 220,61	-	- 220,61	-	- 220,61
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	-	154,46	-	154,46	-	154,46
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	-	16,87	-	16,87	-	16,87
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		49,27	-	49,27	-	49,27
Receita líquida / Ingresso líquido		8.292,78	-	8.292,78	-	8.292,78
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		- 3.971,17	-	- 3.971,17	-	- 3.971,17
Energia elétrica comprada para revenda	-	3.842,35	-	3.842,35	-	3.842,35
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra	-	71,32	-	71,32	-	71,32
Energia elétrica comprada Microgeração	-	77,29	-	77,29	-	77,29
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		19,79	-	19,79	-	19,79
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		4.321,61	-	4.321,61	-	4.321,61
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		- 3.961,86	419,82	- 3.542,04	96,26	- 3.445,77
Pessoal e administradores (inclui 249,93 de remuneração a administradores)	-	2.539,11	-	2.539,11	-	2.539,11
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-
Material	-	266,20	-	266,20	-	266,20
Serviços de terceiros	-	269,05	-	269,05	-	269,05
Arrendamento e alugueis	-	25,20	-	25,20	-	25,20
Seguros	-	17,51	-	17,51	-	17,51
Doações, contribuições e subvenções	-	5,17	-	5,17	-	5,17
Provisões		55,08	-	55,08	- 100,08	45,00
Recuperação de despesas		36,09	-	36,09	-	36,09
Tributos	-	92,94	-	92,94	-	92,94
Depreciação e amortização	-	598,50	419,82	178,68	-	178,68
Gastos diversos da atividade vinculada	-	177,12	- 134,96	312,07	135,23	176,84
Outras Receitas Operacionais		320,99	134,96	455,95	- 134,96	320,99
Outras Gastos Operacionais	-	383,23	-	383,23	196,07	187,16
Resultado da Atividade		359,75	419,82	779,57	96,26	875,84
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		35,42	-	35,42	44,09	38,25
Despesas financeiras	-	124,95	-	124,95	44,09	122,12
Receitas financeiras		160,37	-	160,37	-	160,37
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		395,18	419,82	815,00	140,35	914,09
Despesa com impostos sobre os lucros	-	19,20	-	19,20	-	19,20
Resultado líquido das operações em continuidade		375,97	419,82	795,79	140,35	894,88
Operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		375,97	419,82	795,79	140,35	894,88
Atribuível aos:						
Acionistas controladores		-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-
Lucro por ação		0,64	0,71	1,35	0,24	1,51
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,64	0,71	1,35	0,24	1,51
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Fiscal

2020

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	589,56	29,49	-	-76,86	-	1.964,51	215,50	-	2.722,20
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	1,84	-	-	-	-	-	-	-	1,84
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	60,80	-	834,08	-	894,88
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-8,67	-	(127,16)	-	(135,83)
Reserva legal	-	-	-	-	-	148,73	-148,73	-	-
FATES	-	-	-	-	(52,13)	75,23	-23,10	-	(0,01)
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Capital	-	-76,86	-	76,86	-	-	0,00	-	(0,00)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-40,00	-	(40,00)
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	249,88	(249,88)	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatória Compulsória de Imobilizado – VNR	-	-	-	-	-	-	419,82	-	419,82
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-383,07	-	(383,07)
Efeitos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	591,40	- 47,38	-	-	0,00	2.438,34	497,46	-	3.479,84

56. Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobrás

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERCOS realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2020, o saldo de 337,25 R\$/MIL.

SALDO	2019	REALIZADO	RECEBIDO	A RECEBER
SUBVENCAO DA TARIFA CONS.BAIXA RENDA - DMR	94,50	807,44	-790,41	111,53
SUBVENÇÃO CDE – DESCONTOS REGULATÓRIOS	124,82	604,58	-576,36	153,04
SUBVENCAO COOPERATIVAS BAIXA DENSIDADE DE CARGA	70,36	862,86	-860,54	72,68
SUBVENÇÃO CDE – REDUÇÃO EQUILIBRADA				
				337,25

57. - Efeitos COVID 19 (CONTA COVID)

1) Empréstimo

Sendo surpreendidos pelo estado pandêmico decretado mundialmente, e, também em nosso País, iniciamos os estudos para enfrentamento da crise sanitária. Houveram diversas ações orquestradas pelo Governo Federal, Estadual e pela ANEEL, dentre elas, em 18 de maio de 2020, o Decreto nº 10.350 dispôs sobre a criação da Conta destinada ao Setor Elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que por sua vez, regulamentou a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e REN nº 885, de 23 de junho de 2020 - CONTA-COVID as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Por fim, a Portaria nº 6.584, de 24 de novembro de 2020, delegou à SGT a homologação das quotas específicas da CDE, denominadas CDE-COVID, a serem recolhidas pelas distribuidoras.

Também houve a decretação da suspensão dos cortes, e, orientações temporárias para enfrentamento da Situação

Na disponibilização do Empréstimo que a ANEEL gestou, seria captado junto ao mercado um determinado valor, para aquelas Empresas que tivessem dificuldades de captação de fluxo de caixa, em função de outros endividamentos, quer seja por dificuldades internas de

seu mercado, quer seja por estarem em andamento com algum grande projeto Conforme regulamentação, poderia solicitar a ANEEL o referido empréstimo com uma particularidade e regulamentação (o valor do encargo para a amortização da Conta Covid irá considerar os custos financeiros e administrativos das operações de crédito contratadas, incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição de reserva de liquidez correspondente a 10% do custo total das operações.

A CERCOS, no exercício de 2020, para não absorver esse custo de 10% (futuramente repassados ao consumidor) naquele momento, optou não encaminhar à ANEEL os Termos de Aceitação – TAs (Empréstimo – CONTA COVID), nos permitindo enfrentar auge da crise sanitária com recursos mais saudáveis para a Empresa e seus consumidores

2) Comportamento do mercado:

Assim como a curva da pandemia se apresenta oscilante, também o mercado de energia se apresentou meses diminuindo, meses aumentando, conforme quadro abaixo:

CONSUMO	ENERGIA FATURADA EM KWH	VARIAÇÃO %
JAN/20	962.930	
FEV/20	914.016	-5,08%
MAR/20	919.777	0,63%
ABR/20	828.203	-9,96%
MAI/20	871.913	5,28%
JUN/20	845.011	-3,09%
JUL/20	797.068	-5,67%
AGO/20	829.117	4,02%
SET/20	801.147	-3,37%
OUT/20	864.031	7,85%
NOV/20	962.389	11,38%
DEZ/20	1.024.958	6,50%
TOTAL	10.620.560	

No mês de faturamento fevereiro, já houve o impacto inicial advinda da crise mundial do novo CORONA VIRUS, trazendo, uma queda de 5,08% em relação à janeiro.

Já o consumo de abril, também impactado pelo Lockdown ocorrido na 2ª quinzena do mês de março, sendo nosso período de faturamento entre os dias 20/03/2020 a 17/04/2020, refletiu uma segunda queda de 9,96% em relação à energia faturada em março.

Por fim, o mercado de energia apresentou-se meses diminuindo, meses aumentando, em relação ao mês anterior, mas apenas em Dezembro foi possível notar um valor de energia faturada em KWH maior que em Janeiro/2020.

4) Número de consumidores da Tarifa Social de Energia Elétrica que tiveram contas totalmente pagas pelo Governo Federal.

A quantidade de UCS contempladas inicialmente foram de:

QUANTIDADE DE UCS	
ABRIL	1643
MAIO	1717
JUNHO	1755

Porém mensalmente, as seguintes quantidades de faturas foram totalmente custeadas pelo Governo Federal

QUANTIDADE DE UCS	
ABRIL	146
MAIO	180
JUNHO	245

4) Inadimplência durante a crise

Nesta crise, pudemos verificar a seguinte variação no nível de inadimplência, conforme segue:

PERÍODO	R\$/MIL EM ABERTO	EVOLUÇÃO EM %
01/12/2019	534,31	
01/01/2020	564,30	5,61%
01/02/2020	648,71	14,96%
01/03/2020	598,64	-7,72%
01/04/2020	694,21	15,96%
01/05/2020	687,91	-0,91%
01/06/2020	528,51	-23,17%
01/07/2020	706,05	33,59%
01/08/2020	578,01	-18,14%
01/09/2020	555,14	-3,96%
01/10/2020	584,67	5,32%
01/11/2020	590,11	0,93%
01/12/2020	647,13	9,66%

Assim, vimos que no auge da crise, tivemos picos de aumento de mais de 33% perante o saldo normal.

58. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 01/03/2021 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

AROLDO COSTA MONTEIRO
Diretor Presidente

PEDRO PEREIRA PALHAS
Secretário

TEREZINHA COSTA DE LISBOA E SILVA
Técnica contábil
CRC – SE 4010



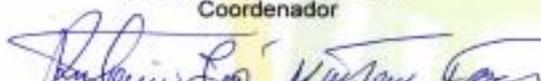
PARECER DO CONSELHO FISCAL

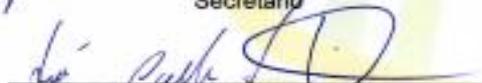
EXERCÍCIO DE 2020

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda. - CERCOS, reunidos no dia 01 de março de 2021, na sala de Reunião da CERCOS, situada na Colônia Treze, no município de Lagarto e estado de Sergipe, após ter examinado minuciosamente todas as atividades da Cooperativa durante o exercício de 2020, deixando registrado em Ata deste Conselho as ocorrências, as quais se encontram à disposição da Assembleia Geral e analisando o Balanço Geral, Demonstrativo de Sobras e Perdas e Relatório da Administração referente ao exercício de 2020 através dos quais fica constatado que são verdadeiros todos os documentos que deram origem ao referido resultado e são, portanto, de parecer favorável à sua aprovação e o recomendam à Assembleia.

Colônia Treze/Lagarto/SE, 01 de março de 2021.


Marcelo Costa dos Santos
Coordenador


Antônio José Monteiro de Farias
Secretário


José Carlos da Silva
Conselheiro

☎ 3642.1233 📠 9.9858.5137

📍 Travessa Santa Luzia | Colônia Treze | Lagarto/SE

🌐 www.cercos.com.br ✉ cercos@cercos.com.br

📱 [cooperativacercos](#)

somoscoop

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

São José (SC), 20 de abril de 2021.

Ilmos. Srs. Diretores da
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL
DE SERGIPE - CERCOS**
Lagarto - SE

Concluindo os trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício de 2020, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre os exames realizados, contendo:

- I) Relatório Demonstrações Contábeis
 - a) Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
 - b) Demonstrações Contábeis
 - c) Balanço Patrimonial
 - d) Demonstração das Sobras ou Perdas
 - e) Mutações da Mutações do Patrimônio Líquido
 - f) Demonstração do Fluxo de Caixa
 - g) Notas Explicativas
- II) Considerações Finais

Sendo o que se apresenta para o momento, apresentamos nossas

Cordiais Saudações

HERMENEGILDO
JOAO
VANONI:29601045953
Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2021.04.26 10:15:30 -03'00'
Hermenegildo João Vanoni
Sócio Gerente

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE - CERCOS

Laqarto - SE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE - CERCOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE - CERCOS**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE - CERCOS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE - CERCOS**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE – CERCOS**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 20 de abril de 2021.

HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2021.04.26 10:15:46 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador–CRC-SC 14.874/O-7°S° SE

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012 "S" SE

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessário na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados à nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigente.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA – CERCOS**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente.

HERMENEGILDO JOAO Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2021.04.26 10:16:08 -03'00'
VANONI:29601045953

Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O-7ºSºSE

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012ºSºSE

**COOP. DE ELETRIFICAÇÃO E DESENV.
RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA**

RELATÓRIO ANUAL REGULATÓRIO 2020

LAGARTO, ABRIL DE 2021

9 Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Sócios Quotistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho Regulatório da **CERCOS** - Cooperativa e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Vale salientar que os números aqui apresentados, foram apurados de acordo com os procedimentos determinados pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, divergindo, em algumas situações, dos números apresentados no Relatório da Administração Societário e do Balanço Societário.

Carta do Presidente

É com muita satisfação que, após mais um ano de muito trabalho e realizações, trazemos à presença dos senhores nossa prestação de contas deste Exercício Social sob a graça e proteção de Deus.

Podemos afirmar que, apesar dos percalços, a nossa Cooperativa vem conseguindo planejar e implementar projetos de grande relevância para a manutenção e desenvolvimento da nossa CERCOS: melhorias nas redes de distribuição, aperfeiçoamento dos processos de trabalho, construção da nova sede e o contínuo trabalho social.

As melhorias de nossas redes elétricas, sem dúvida, são os investimentos mais importantes que se fez e que se deve continuar fazendo. Nosso trabalho enquanto distribuidora é levar a energia elétrica até as unidades de consumo com a qualidade esperada e esse é nosso compromisso. Só em 2020 foram mais R\$ 389.000 (trezentos e oitenta e nove mil reais) em investimentos nas redes de distribuição com a execução de várias obras garantindo ao nosso consumidor/cooperado uma energia segura e de qualidade.

A CERCOS também vem cuidando de seus processos de trabalho e das pessoas, que de verdade quem fazem as coisas acontecerem. Nossa equipe de trabalho vem recebendo, de forma constante, treinamentos para o aperfeiçoamento dos serviços realizados. É importante frisar que os investimentos nos processos voltados a segurança do colaborador, boa parte desses treinamentos são voltados aos procedimentos de segurança, o que em nossa área de distribuição de energia, é muito importante.

Entretanto, é importante reafirmar o nosso compromisso social como cooperativa: Mantemos o convênio e parceria com o “Projeto Dom Bosco” que em nossa comunidade se preocupa com a educação por meio de reforço escolar, aulas de violão e informática, esporte; temos ainda diversas iniciativas esportivas realizadas em toda nossa região pelos cooperados e filhos destes; o projeto “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”; “Dança e Aeróbica” nas comunidades. Todas essas ações são viabilizadas pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social-FATES.

A CERCOS tem um enorme compromisso com a qualidade dos serviços. E essa qualidade deve ser transformada em dados. Por isso a confiabilidade e a transparência no tratamento desses dados tornam-se importantíssimas. E para tanto a Cooperativa também continua investindo na manutenção do seu Sistema de Gestão da Qualidade baseado na norma NBR ISO 9001:2015.

Não podíamos deixar de frisar, também, que em nossa nota explicativa referente a efeitos subsequentes, registramos a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19) que, além de novamente desacelerar a retomada do crescimento, ceifará vidas importantes de nosso sofrido Brasil. Deixamos aqui registrado nosso desejo de que em breve haja imunidade em nosso povo para que a doença seja vencida.

Assim sendo, destacamos que o presente relatório de administração societário e regulatório objetiva, além de cumprir tempestivamente as obrigações setoriais, busca informar com qualidade, clareza e transparência acerca dos acontecimentos e resultados do ano de 2020.

É com a ideia de crescimento e desenvolvimento que pretendemos continuar em 2020 nos esforçando para prestar um serviço de qualidade com agilidade, certos de que podemos contar com a parceria de todos com o objetivo de cumprir as nossas metas e atender as determinações da Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL fixadas para o setor.

Colônia Treze/Lagarto/Se, 01 de março/2021

Aroldo Costa Monteiro

Diretor Presidente

Carta do Contador:

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERCOS – Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe LTDA, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos Senhores Sócios Cotistas a conclusão do exercício de 2020, com o grau de qualidade, transparência e observação total do conceito de legalidade esperado por todos. Primando pelo cumprimento de toda a Regulação Setorial, buscamos ser rigorosos na observação do regime de competência, contabilizando com toda a prudência que uma Cooperativa da importância da CERCOS se esforça por merecer, detalhamos, assim, movimentação de cada grupo contábil em que houve movimento durante o ano.

Importante frisar que vivemos um 2020 totalmente atípico. Em virtude da crise pandêmica que nossa comunidade enfrenta juntamente com todo o planeta, além de cuidar de nossa própria saúde e de nossos familiares e colegas do dia a dia, tivemos que nos adaptar ao vídeo trabalho, e ter atenção dobrada na Legislação que dia a dia vinha impondo mudanças de procedimento em função da decretação de calamidade Pública.

Consideramos importante lembrar que a Revisão Tarifária Periódica da CERCOS, ocorrida neste ano de 2020, contando com contratação de empresa especializada e credenciada pela ANEEL para envio dos dados ao Órgão Regulador na definição de nova tarifa nos possibilitou uma pequena redução tarifária.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Sócios Cotistas que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições de V.Sas. Traçarem as metas para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos internos, consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Colônia Treze/Lagarto/Se, 01/03/2021

Terezinha Costa de Lisboa e Silva
CRC. 4010/SE

Cenário

CERCOS - Cooperativa e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 40 anos de existência.

Em 2020, em decorrência da lenta recuperação da economia na área da concessão houve um reflexo positivo, porém pequeno (4,46%), sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor Residencial com aumento de 15,16% seguido de Comercial com 11,33% e Serviço público com crescimento de 3,77%. O consumo do setor Industrial foi aquele que apresentou maior decréscimo de 25,74%, seguido pelo de Iluminação pública com 4,87%, Poder público com 4,02% e Rural com 0,79%. O aumento líquido atingiu o patamar de 0,05 GWh. Os setores Residencial, Rural e Iluminação Pública representam a maior demanda da CERCOS, Somada, a demanda dos três setores representa 81,81% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2020.

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica

Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica em 01 dos 75 municípios do Estado, o que representa 1% dos consumidores do Estado do Sergipe. A empresa não atende consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores

Em 2020 foram realizadas, no ano, 243 novas ligações com destaque para um aumento de 389 no Residencial, 1 no Comercial, 1 no serviço público. Contamos uma diminuição de 1 no Poder Público e 59 Iluminação Pública e no Rural de 100, totalizando 5.983 consumidores atendidos pela Outorgada, número 4,23% superior ao de 2019.

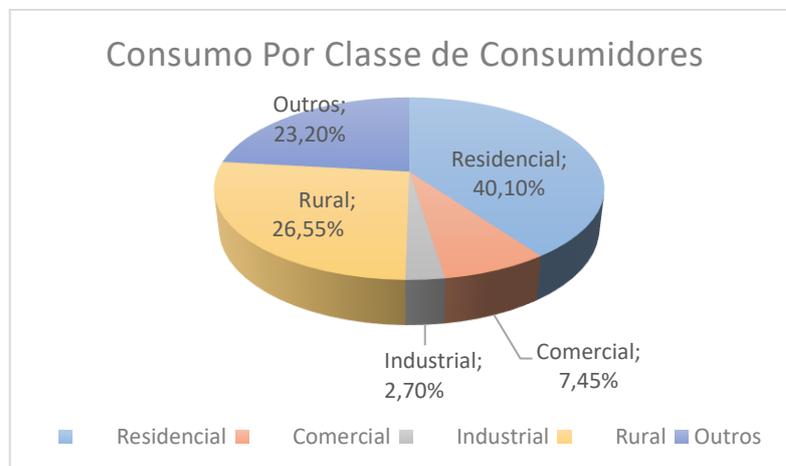
	2016	2017	2018	2019	2020
CONSUMIDORES					
RESIDENCIAL	2.978	3.060	3.206	3.437	3.826
COMERCIAL	186	186	188	204	5
INDUSTRIAL	7	7	6	5	217
RURAL	2.059	2.151	2.108	1.990	1.890
PODERES PÚBLICOS	27	27	27	32	31
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	57	63	63	64	5
SERVIÇO PÚBLICO	15	15	14	8	9
TOTAL	5.329	5.509	5.612	5.740	5.983
VARIAÇÃO	4,65%	3,38%	1,87%	2,28%	4,23%

Comportamento do mercado

A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2020 foi de 10,62 GWh (10,17 GWh em 2019). Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial com aumento de 15,16% e Comercial 11,33% considerando o volume de negócios.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

MERCADO ATENDIDO - GWH	2015	2016	2017	2018	2019	2020
ENERGIA FATURADA	8,95	9,75	9,57	9,90	10,17	10,62
FORNECIMENTO	8,95	9,75	9,57	9,90	10,17	10,62
RESIDENCIAL	3,09	3,37	3,36	3,47	3,70	4,26
INDUSTRIAL	0,42	0,36	0,34	0,31	0,39	0,29
COMERCIAL	0,76	0,72	0,71	0,73	0,71	0,79
RURAL	2,64	2,7	2,74	2,86	2,84	2,82
PODERES PÚBLICOS	0,23	0,22	0,18	0,17	0,19	0,18
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1,5	1,64	1,59	1,66	1,69	1,61
SERVIÇO PÚBLICO	0,31	0,74	0,64	0,70	0,65	0,67
SUPRIMENTO P/ AGENTES DE DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	-	-	-
USO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	-	-	-
CONSUMIDORES LIVRES/DIST./GER.	-	-	-	-	-	-
CONSUMIDORES REDE BÁSICA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8,95	9,75	9,57	9,90	10,17	10,62
VARIAÇÃO	6,15%	8,95%	-1,81%	3,45%	2,70%	4,46%

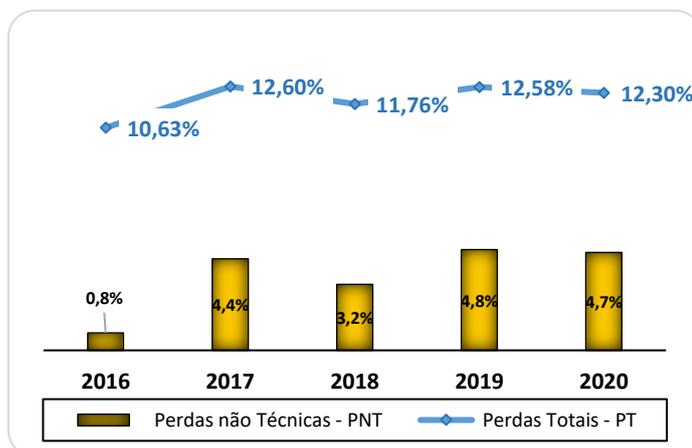


As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) em relação à energia faturada apresentou um aumento de 1,83% de 2019 para 2020.

Balço Energético

TAB 16

	2016	2017	2018	2019	2020
ENERGIA REQUERIDA - GWH					
VENDA DE ENERGIA	9,75	9,57	9,90	10,17	10,62
- FORNECIMENTO	9,75	9,57	9,90	10,17	10,62
- SUPRIMENTO P/ AGENTES DE DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	-	-
CONSUMIDORES LIVRES/DIST./GER.	-	-	-	-	-
CONSUMIDORES REDE BÁSICA	-	-	-	-	-
MERCADO ATENDIDO	9,75	9,57	9,90	10,17	10,62
PERDAS NA REDE BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	-
PERNAS NA DISTRIBUIÇÃO	1,16	1,38	1,32	1,46	1,49
PERDAS TÉCNICAS	1,07	0,90	0,97	0,90	0,92
PERDAS NÃO TÉCNICAS - PNT	0,09	0,48	0,35	0,56	0,57
PNT / ENERGIA REQUERIDA %	0,8%	4,4%	3,2%	4,8%	4,7%
PERDAS TOTAIS - PT	1,16	1,38	1,32	1,46	1,49
PT / ENERGIA REQUERIDA %	10,63%	12,60%	11,76%	12,58%	12,30%
TOTAL	10,91	10,95	11,22	11,63	12,11

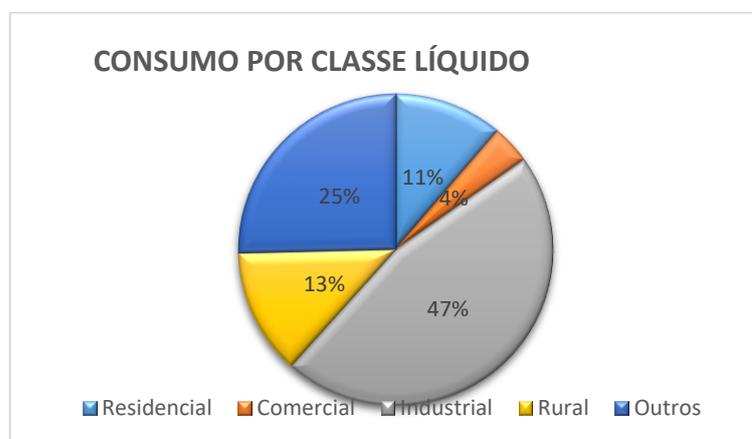


Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS importou em R\$ 6.061,41 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

CLASSE	2020	2019	%
RESIDENCIAL	2.403,12	2.287,29	10,39%
COMERCIAL	583,82	546,21	3,68%
INDUSTRIAL	96,97	136,48	42,95%
RURAL	1.702,91	1.602,97	12,03%
OUTROS	1.274,59	1286,3	23,49%
PODERES PÚBLICOS	141,35	147,57	17,59%
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	678,91	715,66	8,72%
SERVIÇO PÚBLICO	454,33	423,07	-2,82%
TOTAL	6.061,41	5.859,25	9,64%



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2020 apresentou um crescimento de 4,23% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

NÚMERO DE CONSUMIDORES			
CLASSE	2020	2019	Var %
RESIDENCIAL	3826	3437	11,32%
INDUSTRIAL	5	5	0,00%
COMERCIAL	217	204	6,37%
RURAL	1890	1990	-5,03%
OUTROS	45	104	-56,73%
PODERES PÚBLICOS	31	32	-3,13%
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	5	64	-92,19%
SERVIÇO PÚBLICO	9	8	12,50%
TOTAL	5983	5740	4,23%

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2020 foi igual a 719,93 /MWh conforme Resolução Homologatória N° 2.694, DE 26 DE MAIO DE 2020 sendo que a de 2019 foi de 735,82/MWh (Resolução ANEEL n° 2.534, de 23 de abril de 2019).

TARIFA RES. BAIXA RENDA POR FAIXA DE CONSUMO	0 - 30 KWH	31 - 100 KWH	101 - 220 KWH	221 ACIMA KWH
TARIFAS BRUTAS	0,25370	0,43491	0,679360	0,72484

CLASSE	TARIFA MÉDIA DE FORNECIMENTO EM R\$/MWH
RESIDENCIAL	753,85
COMERCIAL	753,85
INDUSTRIAL	753,85
RURAL	618,16

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

ANO	DEC (HORAS)	FEC (INTERRUPÇÕES)	TEMPO DE ESPERA (HORAS)
2016	21,31	9,59	0
2017	14,78	6,57	0
2018	18,73	10,57	1:46
2019	15,98	8,89	1:45
2020	24,14	11,78	1:44

OBS: Até o exercício de 2017 não houveram medições de tempo de espera de DEC e FEC. Em 2020 esse tempo foi de **1:44hs**. (Uma hora e quarenta e quatro minutos).

Atendimento ao consumidor

Dando sequência ao intenso processo de melhoria e modernização dos processos relacionados ao atendimento ao consumidor, a CERCOS possui o SAC – Serviço de

Atendimento ao Consumidor, que poderá realizar reclamações, críticas, elogios etc, através de nosso sistema telefônico de tarifação reversa (0800), o que logicamente diminui os custos do cooperado/consumidor e aproxima a comunidade de nossa organização.

Tecnologia da informação

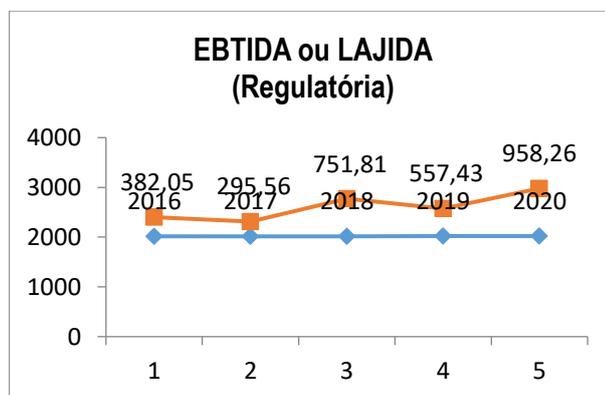
O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Desempenho econômico-financeiro

Em 2020, as sobras líquidas foram de R\$ 375,97 mil, contra R\$ 155,67 mil de 2019, um aumento de 1,42%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 7.761,48 mil, enquanto em 2018 situou-se em R\$ 6.975,07 mil. Esse aumento de 11,27% no resultado é da evolução nas vendas para consumidores finais combinado com os efeitos do reajuste médio tarifário da RTP em 04/2019.

As despesas operacionais totalizaram em 2020 R\$ 7.870,79 mil, 5,37% superiores em relação à 2019 R\$ 7.469,55 mil. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 10,80% contra 4,21% em 2019.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 958,26 mil, superior em 71,91% a 2019, que foi de R\$ 557,43 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos

Em 2019, os investimentos totais da Companhia, importaram em R\$ 337,69 mil, 1,55% inferiores em relação à 2018 que foram R\$ 342,91 mil, dos quais R\$ 292,93 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição em 2019 e R\$ 314,25 mil em 2018.

	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2019				
	2018	2019	2019	2021	2022	2023	2024	2025
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil								
AIS Bruto ¹	314,25	317,53	389,90	410,58	623,68	581,21	375,15	459,98
Transformador de Distribuição	64,45	67,27	81,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Medidor	68,04	70,03	80,40	267,14	155,71	170,84	187,26	205,15
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	25,78	26,11	43,32	44,74	50,44	116,45	62,89	254,83
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	155,98	154,12	182,86	98,70	417,53	293,91	125,00	0,00
Redes Alta Tensão (69 kV)			-					
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)			-					
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)			-					
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)			-					
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)			-					
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)			-					
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)			-					
Demais Máquinas e Equipamentos		29,36	1,38					
Obrigações Especiais do AIS Bruto								
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização								
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

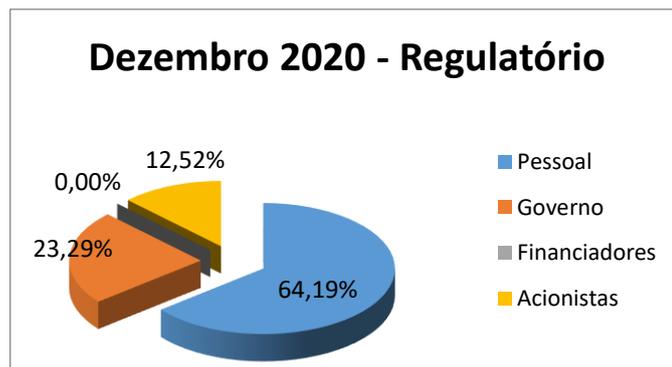
R\$ Mil	2020R	2021P	2022P	2023P	2024P	2025P
Plano de Investimentos 2021	389,90	410,58	623,68	581,21	375,15	459,98
R\$ Mil	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P	2020P
Plano de Investimentos 2020	136,24	216,61	129,21	140,78	203,81	136,24
Diferença	186,19%	89,55%	382,69%	312,86%	84,07%	186,19%

As diferenças anuais entre o custo real e previsto do PDD foi de 122,00%. A diferença entre realizado e projetado está na execução de obras não planejadas associadas principalmente ao aumento de carga e solicitação individual de ligações novas em lugares distintos, considerando que o crescimento vegetativo é pouco variável.

Valor adicionado regulatório

Em 2020, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 2.967,45 mil, representando 34,64% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)	
	Legislação Regulatória 2020
Receitas	8.566,91
Venda de energia e serviços	8.629,15
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	0,00
Resultado não operacional	-62,24
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-5.000,95
Insumos consumidos	0,00
Outros insumos adquiridos	-494,53
Material e serviços de terceiros	-4.506,42
(=) Valor adicionado bruto	3.565,96
(-) Quotas de reintegração	-598,50
(=) Valor adicionado líquido	2.967,45
(+) Valor adicionado transferido	35,42
Receitas (despesas) financeiras	35,42
Resultado da equivalência patrimonial	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	3.002,88
Distribuição do valor adicionado:	
Pessoal	1.927,59
Remunerações	1.393,53
Encargos sociais (exceto inss)	118,48
Entidade de previdência privada	0,00
Auxílio alimentação	80,25
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00
Provisão para gratificação	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	62,62
Participação nos resultados	0,00
Custos imobilizados	-87,54
Provisão trabalhista	360,25
Governo	699,31
Inss (sobre folha de pagamento)	343,74
Icms	91,56
Imposto de renda e contribuição social	19,20
Outros (pis/ cofins/ enc.setoriais, outros)	244,81
Financiadores	0,00
Juros e variações cambiais	0,00
Aluguéis	0,00
Acionistas	375,97
Remuneração do capital próprio	0,00
Lucros retidos	375,97
Valor adicionado (médio) por empregado	69,83



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 20% para Reserva Legal e 20% de FATES e 10% para o FDN (Fundo de Desenvolvimento e manutenção - Fundo estatutário).

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da permissionária era de R\$ 591,40 mil, composto por 591,398 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Administração

Durante o ano de 2020 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela Qualidade Total

No ano de 2020, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade compreenderam a manutenção da nova NBR ISO 9001:2015, recertificação da Cercos na ISO 9001:2015 com validade até 2022 e realização de 02 auditorias internas anuais buscando identificar a conformidade dos processos do SGQ, mais reuniões mensais, tudo isso focado em resultados para satisfação de seus associados e consumidores.

Recursos humanos

Em 2020 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade social

Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

OUTORGADA EM NÚMEROS	2020	2019	%
ATENDIMENTO			
NÚMERO DE CONSUMIDORES	5.980	5.740	4,18%
NÚMERO DE EMPREGADOS	43	43	0,00%
NÚMERO DE CONSUMIDORES POR EMPREGADO	139	133	4,56%
NÚMERO DE LOCALIDADES ATENDIDAS	16	16	0,00%
NÚMERO DE AGÊNCIAS	1	1	0,00%
NÚMERO DE POSTOS DE ATENDIMENTO	1	1	0,00%
NÚMERO DE POSTOS DE ARRECADAÇÃO	4	2	100,00%
MERCADO			
ÁREA DE PERMISSÃO (KM ²)	61,01	61,01	0,00%
GERAÇÃO PRÓPRIA (GWH)	0	0	0,00%
DISTRIBUIÇÃO DIRETA (GWH)	0	0	0,00%
CONSUMO RESIDENCIAL MÉDIO (KWH/ANO)	1775,12	1039,05	70,84%
TARIFAS MÉDIAS DE FORNECIMENTO (R\$ POR MWH)	719,93	735,82	-2,16%
TOTAL (EXCETO CURTO PRAZO)	0	0	0,00%
RESIDENCIAL	753,85	782,78	-3,70%
COMERCIAL	753,85	782,78	-3,70%
INDUSTRIAL	753,85	782,78	-3,70%
RURAL	618,16	594,92	3,91%
SUPRIMENTO	0	0	0,00%
DEC (HORAS)	24,14	15,98	51,06%
POPULAÇÃO ATENDIDA - URBANA ATENDIDA (EM MILHARES DE HABITANTES)	0	0	0,00%
POPULAÇÃO ATENDIDA - RURAL (EM MILHARES DE HABITANTES)	24,1	23,8	1,26%
FEC (NÚMERO DE INTERRUPÇÕES)	11,78	8,89	32,51%
NÚMERO DE RECLAMAÇÕES POR 1.000 CONSUMIDORES	1,42	1,01	40,59%
OPERACIONAIS			
NÚMERO DE USINAS EM OPERAÇÃO	0	0	0,00%
NÚMERO DE SUBESTAÇÕES	0	0	0,00%
LINHAS DE TRANSMISSÃO (KM)	0	0	0,00%
LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO (KM)	165,24	163,2	1,25%
CAPACIDADE INSTALADA (MW)	7,54	6,26	20,37%
FINANCEIROS			
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)	8.629,15	8.153,06	5,84%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)	8.292,78	7.761,49	6,85%
MARGEM OPERACIONAL DO SERVIÇO LÍQUIDA (%)	4,53%	2,01%	126,05%
EBITDA OU LAJIDA	958,26	557,43	71,91%
LUCRO LÍQUIDO (R\$ MIL)	375,97	155,67	141,52%
LUCRO LÍQUIDO POR MIL COTAS	375,97	155,67	141,52%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MIL)	9.656,18	9.540,02	1,22%
VALOR PATRIMONIAL POR COTA R\$	9.656,18	9.540,02	1,22%
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)	3,89%	1,63%	138,87%
ENDIVIDAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)	29,14%	27,79%	4,86%
EM MOEDA NACIONAL (%)	29,14%	27,79%	4,86%
EM MOEDA ESTRANGEIRA (%)	0	0	0,00%
INDICADORES DE PERFORMANCE			
SALÁRIO MÉDIO DOS FUNCIONÁRIOS	2,38	2,51	-5,18%
ENERGIA GERADA/COMPRADA POR FUNCIONÁRIO	279,22	268,98	3,81%
ENERGIA GERADA/COMPRADA POR CONSUMIDOR	2,01	2,02	-0,60%
RETORNO DE ATIVOS POR UNIDADE	0,06	0,02	214,36%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

Colônia Treze, Lagarto (SE), 01/03/2021.

A Administração

AROLDO COSTA MONTEIRO
Diretor Presidente

PEDRO PEREIRA PALHAS
Secretário

TEREZINHA COSTA DE LISBOA E SILVA
Técnica contábil
CRC – SE 4010

10 Balanço Patrimonial Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA		
CNPJ 13.107.842/0001 - 99		
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019		
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)		
	Consolidado	
	2020	2019
Ativos		
Ativo circulante	2.555,05	2.230,88
Caixa e equivalentes de caixa	208,18	201,89
Consumidores	1.462,68	1.357,68
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	52,96	35,66
Depósitos judiciais e cauções	0,02	0,01
Almoxarifado operacional	73,44	65,32
Investimentos temporários	19,65	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	82,22	74,63
Despesas pagas antecipadamente	11,94	11,22
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	643,94	484,47
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo não-circulante	9.914,91	9.960,22
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	-	-
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	0,30	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	131,81	23,85
Bens e atividades não vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica	-	-
Imobilizado	9.732,79	9.936,37
Intangível	50,00	-
Total do ativo	12.469,96	12.191,10
Passivo		
Passivo circulante	1.895,19	1.606,30
Fornecedores	756,10	541,19
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	223,69	230,65
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	389,39	316,64
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	105,72	115,92
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	39,82	86,76
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	30,09	5,91
Outros passivos circulantes	350,39	309,21
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo não-circulante	918,59	1.044,78
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	629,76	659,34
Provisão para litígios	-	90,82
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	288,83	294,62
Total do passivo	2.813,78	2.651,08
Patrimônio líquido	9.656,18	9.540,02
Capital social	591,40	589,55
Reservas de capital	(467,19)	(47,37)
Outros resultados abrangentes	6.176,35	6.817,83
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos	-	-
Adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	2.438,35	1.964,51
Sobras à disposição da assembleia	917,28	215,50
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	9.656,18	9.540,02
Total do passivo e do patrimônio líquido	12.469,96	12.191,10
	-	(0,00)

11 Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA			
CNPJ 13.107.842/0001 - 99			
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019			
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
	Consolidado		
	2020	2019	
Operações em continuidade			
Receita / ingresso	8.629,15	8.153,06	
Fornecimento de energia elétrica	6.275,69	6.161,76	
Suprimento de energia elétrica	(3.995,19)	(3.795,80)	
Energia elétrica de curto prazo	-	-	
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	3.988,67	3.788,82	
Ativos e passivos financeiros setoriais	115,32	(42,60)	
Serviços cobráveis	4,45	8,56	
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	2.240,21	2.002,69	
Outras receitas	-	29,64	
Tributos	(115,76)	(119,19)	
Icms	(91,56)	(91,82)	
Pis-pasep	(4,31)	(4,87)	
Cofins	(19,88)	(22,47)	
Iss	(0,02)	(0,04)	
Encargos - parcela "a"	(220,61)	(272,38)	
Pesquisa e desenvolvimento - p&d	-	-	
Programa de eficiência energética - pee	-	-	
Reserva global de reversão - rgr	-	-	
Conta de desenvolvimento econômico - cde	(154,46)	(119,29)	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - cfurh	-	-	
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfsee	(16,87)	(16,14)	
Outros encargos	(49,27)	(136,95)	
Receita líquida / ingresso líquido	8.292,78	7.761,49	
Custos não gerenciáveis - parcela "a"	(3.971,17)	(3.922,86)	
Energia elétrica comprada para revenda	(3.990,96)	(3.946,71)	
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	19,79	41,71	
Encargos e demais despesas setoriais	-	(17,86)	
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-	
Provisão de baixa ou baixa de rtp diferida	-	-	
Provisão de baixa ou baixa de cva ativa e demais ativos regulatórios	-	-	
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-	
(-) Reversão de cva passiva e demais passivos regulatórios	-	-	
Outros	-	-	
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	-	-	
Reembolso de ccc/cde de combustível para produção de energia elétrica	-	-	
Resultado antes dos custos gerenciáveis	4.321,61	3.838,63	
Custos gerenciáveis - parcela "b"	(3.961,86)	(3.752,17)	
Pessoal e administradores	(2.539,11)	(2.455,18)	
Material	(266,20)	(235,04)	
Serviços de terceiros	(269,05)	(231,22)	
Arrendamento e aluguéis	(25,20)	(16,32)	
Seguros	(17,51)	(17,13)	
Doações, contribuições e subvenções	(5,17)	(3,57)	
Provisões	55,08	28,93	
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	
(-) Recuperação de despesas	36,09	25,71	
Tributos	(92,94)	(32,29)	
Depreciação e amortização	(598,50)	(470,98)	
Gastos diversos	(177,12)	(139,61)	
Outras receitas operacionais	320,99	184,85	
Outras despesas operacionais	(383,23)	(390,32)	
Resultado da atividade	359,75	86,46	
Equivalência patrimonial	-	-	
Resultado financeiro	35,42	86,92	
Despesas financeiras	(124,95)	(37,69)	
Receitas financeiras	160,37	124,60	
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	395,18	173,38	
Despesa com impostos sobre os lucros	(19,20)	(17,71)	
Resultado líquido das operações em continuidade	375,97	155,67	
Operações descontinuadas	-	-	
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	
Resultado líquido do exercício	-	-	
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	-	-	
Acionistas não controladores	-	-	
Lucro por ação	0,64	0,26	
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,64	0,26	
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-	
Básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	
Diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019			
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO			
	Consolidado		
	2020	2019	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	

RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-	-
EFEITO DE IMPOSTO DE RENDA	-	-
GANHO LÍQUIDO SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	-	-
EFEITO DE IMPOSTO DE RENDA	-	-
EQUIVALÊNCIA SOBRE GANHOS ABRANGENTES DE COLIGADAS	-	-
EFEITO DE IMPOSTO DE RENDA	-	-
DIFERENÇAS CAMBIAIS SOBRE CONVERSÃO DE OPERAÇÕES ESTRANGEIRAS	-	-
EFEITO DE IMPOSTO DE RENDA	-	-
PREVIDÊNCIA PRIVADA - SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL	-	-
DIFERENÇAS ATUARIAIS	-	-
EFEITO DE IMPOSTO DE RENDA	-	-
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
EFEITO DE IMPOSTO DE RENDA	-	-
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDOS DE IMPOSTOS	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDOS DE IMPOSTOS	-	-
ATRIBUÍVEL A:		
ACIONISTAS CONTROLADORES	-	-
ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-
OBSERVAÇÃO: O MODELO APRESENTADO ACIMA DEMONSTRA OS EFEITOS TRIBUTÁRIOS DE FORMA INDIVIDUAL, DE FORMA QUE NENHUMA DIVULGAÇÃO ADICIONAL EM NOTA EXPLICATIVA É REQUERIDA.		

12 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	588,22	- 124,24	1.357,78	76,86	-	1.498,87	301,85	-	3.699,35
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1,33	-	-	-	-	-	-	-	1,33
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	2,49	-	26,24	-	28,73
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	251,91	-	26,24	-	205,34	-	20,33
Reserva legal	-	-	-	-	-	312,59	312,59	-	-
FATES	-	-	-	-	23,75	109,95	86,20	-	-
Reservas de Lucros	-	76,86	-	-	-	-	-	-	76,86
Reserva de Capital	-	-	-	76,86	-	-	-	-	76,86
Reserva de reavaliação	-	-	5.711,96	-	-	-	251,91	-	5.963,87
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	75,46	-	75,46
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	43,10	43,10	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	589,55	- 47,37	6.817,83	0,00	-	1.964,51	215,50	-	9.540,02
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1,84	-	-	-	-	-	-	-	1,84
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	15,39	-	-	-	15,39
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	419,82	-	-	36,74	-	383,08	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	419,82	-	-	-	780,41	-	360,59
Reserva legal	-	-	-	-	-	148,73	148,73	-	-
FATES	-	-	-	-	52,13	75,24	23,10	-	0,00
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação	-	-	221,66	-	-	-	-	-	221,66
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	40,00	-	40,00
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	249,87	249,87	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	591,40	- 467,19	6.176,35	0,00	0,00	2.438,35	917,28	-	9.656,18

13 Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIF. E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA			
CNPJ 13.107.842/0001 - 99			
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019			
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)			
(MÉTODO DIRETO)			
NOTAS	Notas	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		782,55	558,35
FORNECIMENTO DE ENERGIA		6.223,68	6.158,56
SUPRIMENTO DE ENERGIA		-	-
TUSD DE CONSUMIDORES LIVRES E GERADORES		-	-
SUPRIMENTO A CONCESSIONÁRIAS		-	-
RECEBIMENTO DA CCEE - ENERGIA DE CURTO PRAZO		-	-
RECEBIMENTO DE RAP DE TRANSMISSÃO		-	-
REPASSE DO FUNDO DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO		2.159,91	1.987,82
OUTROS RECEBIMENTOS OPERACIONAIS		221,70	98,17
FORNECEDORES - MATERIAIS E SERVIÇOS		(1.047,74)	(727,32)
FORNECEDORES - ENERGIA ELÉTRICA		(3.852,63)	(3.867,31)
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS		(2.405,70)	(2.337,76)
TRIBUTOS SOBRE A RECEITA - FEDERAIS		(28,01)	(30,60)
TRIBUTOS SOBRE A RECEITA - ESTADUAIS E MUNICIPAIS		(128,07)	(113,50)
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO (IRPJ / CSLL)		(20,54)	(20,28)
ENCARGOS DE TRANSMISSÃO		-	-
DEMAIS ENCARGOS REGULATÓRIOS		(178,01)	(183,54)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(162,05)	(405,89)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(605,86)	(330,84)
AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		-	-
APORTES / AUMENTO DE CAPITAL EM CONTROLADAS		-	-
INVESTIMENTOS		(19,85)	152,75
IMOBILIZADO		(536,01)	(483,59)
INTANGÍVEL		(50,00)	-
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR		-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ADQUIRIDOS		-	-
EMPRÉSTIMOS / MÚTUOS CONCEDIDOS		-	-
PROVENTOS RECEBIDOS		-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		176,69	227,51
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(170,39)	(159,46)
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		-	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS PAGOS		(172,25)	(160,73)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ADQUIRIDOS EMITIDOS		-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ADQUIRIDOS PAGOS		-	-
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS PAGOS		-	-
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		-	-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL		1,85	1,27
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		6,30	68,06
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6,30	68,06
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6,30	68,06
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		201,89	133,83
NO FIM DO EXERCÍCIO		208,18	201,89

14 Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020

e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo. Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios.

Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um

reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações. No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia. Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão.

As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente. O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional. O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas

concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 3 a 64, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, (não houve no ano de 2020 Reavaliação, nossa última foi no ano de 2016 cujo valor contábil foi reconhecido em 2019). A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos

financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº15. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a

diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe unidade consumidora que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias.

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES						VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL	
	CORRENTE A VENCER			CORRENTE VENCIDA			RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA			2020	2019
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
FORNECIMENTO DE ENERGIA	861,21	322,47	35,37	37,67	98,34	-130,60	12,97	55,25	0,00	0,00	-19,09	1273,59	1192,71
RESIDENCIAL	251,16	175,07	15,70	19,53	41,02	-73,75	5,63	21,04	-	-	-6,86	448,55	402,70
INDUSTRIAL	16,57	0,61	0,00	0,00	14,21	-11,18	0,00	3,76	-	-	-3,76	20,21	23,32
COMERCIAL	56,09	33,91	5,85	4,75	11,61	-15,45	2,12	12,28	-	-	-5,80	105,35	89,39
RURAL	164,00	89,21	7,29	12,88	31,11	-29,84	2,74	8,26	-	-	-2,68	282,98	286,23
PODERES PÚBLICOS	15,14	22,77	6,47	0,41	0,00	0,00	2,48	9,92	-	-	0,00	57,19	45,80
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	82,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	82,79	60,23
SERVIÇO PÚBLICO	45,76	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	45,76	50,05
SERVIÇO TAXADO	0,36	0,91	0,05	0,10	0,39	-0,39	-	-	-	-	-	1,42	1,38
FORNECIMENTO NÃO FATURADO	229,33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	229,33	233,61
OUTROS	91,06	67,65	10,46	9,01	10,91	-	-	-	-	-	-	189,09	164,97
(-) ARRECADAÇÃO PROCESSO CLASSIF.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPRIMENTO ENERGIA - MOEDA NACIONAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPRIMENTO ENERGIA - MOEDA ESTRANGEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENCARGOS DE USO DA REDE ELÉTRICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPRIMENTO \ ENCARGO REDE NÃO FATURADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	952,27	390,12	45,83	46,68	109,25	-130,60	12,97	55,25	0,00	0,00	-19,09	1462,68	1357,68

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2020 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - R\$ MIL	VALOR BRUTO EM 31/12/2019	ADIÇÕES (A)	BAIXAS PELO VOC (B)	BAIXAS DE REAVALIAÇÃO (C)	TRANSFERÊNCIAS (D)	REAVLIAÇÃO	OUTROS	VALOR BRUTO EM 31/12/2020	ADIÇÕES LIQUIDAS (A)+(B)+(C)	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LIQUIDO EM 31/12/2020	VALOR LIQUIDO EM 31/12/2019	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS BRUTAS	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS LIQUIDAS
GERAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TERRENOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVATÓRIOS, BARRAGENS E ADUTORAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VEÍCULOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSMISSÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TERRENOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VEÍCULOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO	14.943,94	499,60	-113,46	-478,50	48,25	0,00	0,00	14.899,83	434,39	-6123,55	8776,29	9124,75	-396,66	109,65	-287,02
TERRENOS	15,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,16	0	0,00	15,16	15,16	-	-	-
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	101,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101,16	0,00	-33,66	67,50	70,58	-	-	-
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	14.438,05	389,90	-76,83	-478,50	0,00	0,00	0,00	14.272,62	313,07	-5772,30	8500,32	8914,83	-396,66	109,65	-287,02
VEÍCULOS	350,94	109,70	-25,70	0,00	48,25	0,00	0,00	483,19	132,25	-297,65	185,55	109,51	-	-	-
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	38,64	0,00	-10,93	0,00	0,00	0,00	0,00	27,71	-10,93	-19,94	7,77	14,66	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	193,22	78,71	-14,19	0,00	-48,25	0,00	0,00	209,49	16,27	-74,18	135,31	104,62	0,00	0,00	0,00
TERRENOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	111,29	58,20	-10,87	0,00	0,00	0,00	0,00	158,62	47,33	-52,76	105,86	69,82	-	-	-
VEÍCULOS	48,25	0,00	0,00	0,00	-48,25	0,00	0,00	0,00	-48,25	0,00	0,00	22,97	-	-	-
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	33,68	20,50	-3,32	0,00	0,00	0,00	0,00	50,87	17,19	-21,42	29,45	11,83	-	-	-
COMERCIALIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
TERRENOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VEÍCULOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	15.137,17	578,31	-127,65	-478,50	0,00	0,00	0,00	15.109,33	450,66	-6.197,73	8.911,60	9.229,37	-396,66	109,65	-287,02

ATIVO IMOBILIZADO EM CURSO - R\$ MIL	VALOR BRUTO EM 31/12/2019	ADIÇÕES (A)	BAIXAS PELO VOC (B)	BAIXAS DE REAVALI-AÇÃO (C)	TRANSFERÊNCIAS (D)	REAVALIAÇÃO	OUTROS	VALOR BRUTO EM 31/12/2020	ADIÇÕES LIQUIDAS	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LIQUIDO EM 31/12/2020	VALOR LIQUIDO EM 31/12/2019	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS BRUTAS	AMORTI ZACÃO ACUMUL ADA	OBRIGAÇ OES ESPECIAI S LIQUIDA S
GERAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TERRENOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO	382,35	1318,01	-1331,45	0,00	-121,51	0,00	0,00	247,39	-134,96	0,00	247,39	382,35	-1,81	0,00	-1,81
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	31,99	375,88	-398,46	0,00	0,00	0,00	0,00	9,42	-22,58		9,42	31,99	-	-	-
OUTROS	350,35	942,13	-933,00	0,00	-121,51	0,00	0,00	237,97	-112,38		237,97	350,35	-1,81	-	-1,81
ADMINISTRAÇÃO	324,66	355,52	-227,89	0,00	121,51	0,00	0,00	573,80	249,15	0,00	573,80	324,66	0,00	0,00	0,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	50,63	-50,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	-	-	-
OUTROS	324,66	304,89	-177,26	0,00	121,51	0,00	0,00	573,80	249,15		573,80	324,66	-	-	-
COMERCIALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-
SUBTOTAL	707,01	1673,53	-1559,34	0,00	0,00	0,00	0,00	821,19	114,19	0,00	821,19	707,01	-1,81	0,00	-1,81
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	15.844,17	2.251,84	-1.686,99	-478,50	0,00	0,00	0,00	15.930,52	564,85	-6.197,73	9.732,79	9.936,37	-398,48	109,65	-288,83

composição do intangível é como segue:

INTANGÍVEL - R\$ MIL	VALOR BRUTO EM 31/12/2019	ADIÇÕES (A)	BAIXAS PELO VOC (B)	BAIXAS DE REAVALIÇÃO (C)	TRANSFERÊNCIAS (D)	REAVALIÇÃO	OUTROS	VALOR BRUTO EM 31/12/2020	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2020	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2019
ATIVO INTANGÍVEL EM SERVIÇO											
GERAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
USO DO BEM PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOFTWARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSMISSÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOFTWARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO	5,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,01	-5,01	0,00	0,00
SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOFTWARES	5,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,01	-5,01	0,00	0,00
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOFTWARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COMERCIALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOFTWARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	5,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,01	-5,01	0,00	0,00

INTANGÍVEL - R\$ MIL	VALOR BRUTO EM 31/12/2019	ADIÇÕES (A)	BAIXAS PELO VOC (B)	BAIXAS DE REAVALIÇÃO (C)	TRANSFERÊNCIAS (D)	REAVALIÇÃO	OUTROS	VALOR BRUTO EM 31/12/2020	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2020	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2019
ATIVO INTANGÍVEL EM CURSO											
GERAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
USO DO BEM PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOFTWARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSMISSÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOFTWARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO	0	150	-100	0	0	0	0	50	0	0	0
SERVIÇOS	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-
SOFTWARES	0	150	-100	0	0	0	0	50	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOFTWARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COMERCIALIZAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SOFTWARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	0	150	-100	0	0	0	0	50	0	0	0
TOTAL DO ATIVO INTANGÍVEL	5,01	150,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55,01	-5,01	0,00	0,00

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

DISTRIBUIÇÃO - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - R\$ MIL	VALOR BRUTO EM 31/12/2019	ADIÇÕES (A)	BAIXAS PELO VOC (B)	BAIXAS DE REAVALI- AÇÃO (C)	TRANSFERÊNCIAS (D)	REAVALIAÇÃO	OUTROS	VALOR BRUTO EM 31/12/2020	0	ADIÇÕES BRUTAS (A+D)	ADIÇÕES LÍQUIDAS (A+B+C)
AIS BRUTO	14.438,05	389,90	-76,83	-478,50	0,00	0,00	0,00	14.272,62	0,00	389,90	313,07
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	3.395,64	81,93	- 33,46	- 276,25	-	-	-	3.167,85	-	81,93	48,46
MEDIDOR	1.301,66	80,40	- 18,00	- 57,43	-	-	-	1.306,64	-	80,40	62,40
REDES BAIXA TENSÃO (< 2,3 KV)	2.567,43	43,32	- 12,82	- 99,93	-	-	-	2.498,01	-	43,32	30,50
REDES MÉDIA TENSÃO (2,3 KV A 44 KV)	7.086,90	182,86	- 12,55	- 44,89	-	-	-	7.212,32	-	182,86	170,32
REDES ALTA TENSÃO (69 KV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
REDES ALTA TENSÃO (88 KV A 138 KV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
REDES ALTA TENSÃO (>= 230 KV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBESTAÇÕES MÉDIA TENSÃO (PRIMÁRIO 30 KV A 44 KV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBESTAÇÕES ALTA TENSÃO (PRIMÁRIO DE 69 KV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBESTAÇÕES ALTA TENSÃO (PRIMÁRIO 88 KV A 138 KV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBESTAÇÕES ALTA TENSÃO (PRIMÁRIO >= A 230 KV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	86,42	1,38	-	-	-	-	-	87,80	-	1,38	1,38
OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO AIS BRUTO	-327,22	- 6,37	-	-	-	-	-	- 333,59	-	- 6,37	- 6,37
PARTICIPAÇÕES, DOAÇÕES, SUBVENÇÕES, PEE, P&D,	-166,34	- 6,37	-	-	-	-	-	- 172,71	-	- 6,37	- 6,37
UNIVERSALIZAÇÃO	-160,88	-	-	-	-	-	-	- 160,88	-	-	-
OUTROS	- 33,00	- 30,08	-	-	-	-	-	- 63,07	-	-30,08	- 30,08
ORIGINADAS DA RECEITA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ULTRAPASSAGEM DE DEMANDA	- 3,99	- 10,84	-	-	-	-	-	- 14,83	-	- 10,84	- 10,84
EXCEDENTE DE REATIVOS	- 29,00	- 19,24	-	-	-	-	-	- 48,24	-	- 19,24	- 19,24
DIFERENÇA DAS PERDAS REGULATÓRIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ATIVO IMOBILIZADO - R\$ MIL	2020	2019		Valor Líquido 2020	Valor Líquido
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada		
GERAÇÃO	-	-	-	-	-
CUSTO HISTÓRICO	-	-	-	-	-
CORREÇÃO MONETÁRIA ESPECIAL	-	-	-	-	-
REAVALIAÇÃO	-	-	-	-	-
TRANSMISSÃO	-	-	-	-	-
CUSTO HISTÓRICO	-	-	-	-	-
CORREÇÃO MONETÁRIA ESPECIAL	-	-	-	-	-
REAVALIAÇÃO	-	-	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO	7,70%	14.272,62	-5.523,22	8.749,40	8.914,83
CUSTO HISTÓRICO	3,81%	3.479,15	-1.155,18	2.323,97	2.097,00
CORREÇÃO MONETÁRIA ESPECIAL	-	-	-	-	-
REAVALIAÇÃO	3,89%	10.793,47	-4.617,12	6.176,35	6.817,83
ADMINISTRAÇÃO	9,88%	158,62	-52,76	105,86	69,82
CUSTO HISTÓRICO	9,88%	158,62	-52,76	105,86	69,82
CORREÇÃO MONETÁRIA ESPECIAL	-	-	-	-	-
REAVALIAÇÃO	-	-	-	-	-
COMERCIALIZAÇÃO	-	-	-	-	-
CUSTO HISTÓRICO	-	-	-	-	-
CORREÇÃO MONETÁRIA ESPECIAL	-	-	-	-	-
REAVALIAÇÃO	-	-	-	-	-
ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	-	-	-	-
CUSTO HISTÓRICO	-	-	-	-	-
CORREÇÃO MONETÁRIA ESPECIAL	-	-	-	-	-
REAVALIAÇÃO	-	-	-	-	-
EM CURSO	-	871,1927	0	871,1927	707,01
GERAÇÃO	-	-	-	-	-
TRANSMISSÃO	-	-	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	297,39	-	297,39	382,35
COMERCIALIZAÇÃO	-	573,80	-	573,80	324,66
ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

ADIÇÕES DO ATIVO IMOBILIZADO EM CURSO - R\$ MIL	MATERIAL/ EQUIPAMENTO	SERVIÇOS DE TERCEIRO	MÃO DE OBRA PRÓPRIA	JUROS CAPITALIZADOS	DEPRECIÇÃO/AM ORTIZAÇÃO	OUTROS GASTOS	TOTAL
TERRENOS	-	-	-	-	-	-	-
RESERVATÓRIOS, BARRAGENS E ADUTORAS	-	-	-	-	-	-	-
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	420,28	153,52	-	-	-	-	573,80
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	9,42	-	-	-	-	-	9,42
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-	-	-	-	-	-	-
A RATEAR	-	-	-	-	-	-	-
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFORMAÇÃO, FABRICAÇÃO E REPARO DE MATERIAIS	11,26	-	-	-	-	-	11,26
MATERIAIS	201,54	-	-	-	-	-	201,54
MATERIAL EM DEPÓSITO	-	-	-	-	-	-	-
COMPRAS EM ANDAMENTO	-	-	-	-	-	-	-
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	25,17	-	-	-	-	-	25,17
DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	50,00	-	-	-	-	-	50,00
TOTAL DAS ADIÇÕES	717,67	153,52	-	-	-	-	871,19

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes

Taxas Anuais de Depreciação
--

Distribuição

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Administração central	-
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
DESCRIÇÃO DO BEM	Em R\$ Mil
Veiculos/2020	109,70
Aument.car,008-2018	24,18
Arcond/2020	20,40
Sistema.cam/2020	17,82
057-2020	12,18
085-2020	10,73
Med.jan-2020	10,68
Pdd-003-20	10,51
Central-fone/2020	10,37
Med.nov-2020	10,34

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do bem	Em R\$ Mil
Veículos/2020	25,70
14001/2020	11,39
Invent.gisximob-2020	11,14
16302/2020	5,83
Pdd-001-20	5,27
Med.out-2020	4,80
Remaneja-01-2020	4,73
Cesto aereo 12/2020	4,00
Pdd-003-20	3,10
Remaneja-2-2020	2,97

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERCOS não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2019.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL. Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.694, DE 26 DE MAIO DE 2020 que As tarifas de aplicação da Cercos, constantes da Resolução Homologatória nº 2.534, de 23 de abril de 2019, prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 2.673, de 14 de abril de 2020, ficam em média reajustadas em -1,44% (menos um vírgula quarenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

No presente ciclo de revisão tarifaria, a CERCOS apresenta os saldos dos Ativos e Passivos Financeiros após contabilização dos ajustes ocorridos no IRT/2020, conforme quadro abaixo.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS - R\$ MIL	Saldo em	Adição	Amortizaçã o	Remuneraçã o	Transferênci as	Saldo em	Valores em	Valores em	Circulant e	NÃO
	31/12/2019					31/12/2020	Amortizaçã o	Constituiçã o		Circulant e
CVA ATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE ENERGIA - (CVAENERG)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CUSTO DA ENERGIA DE ITAIPU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROINFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSPORTE REDE BÁSICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSPORTE DE ENERGIA - ITAIPU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	74,63	216,67	-210,41	1,33	0,00	82,22	82,22	0,00	0,00	0,00
MAJORAÇÃO PIS/COFINS	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	0,0	14,57	-1,05	1,33	-	14,85	14,85	-	-	-
Sobre contratação de energia	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na RTP	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	74,6	202,10	-209,36	-	-	67,37	67,37	-	-	-
(-) PROVISÃO P/ REDUÇÃO AO VALOR RECUR.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total ativos financeiros setoriais	74,63	216,67	-210,41	1,33	0,00	82,22	82,22	0,00	0,00	0,00

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS - R\$ MIL	SALDO EM	ADIÇ ÃO	AMORTIZ AÇÃO	REMUNER AÇÃO	TRANSFERÊ NCIAS	SALDO EM	VALORE S EM	VALORE S EM	CIRCULA NTE	NÃO
	31/12/2019					31/12/2020	Amortiz acao	Constitu ição		Circula nte
CVA ATIVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de energia - (CVAENERG)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da energia de itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de energia - ITAIPU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	86,76	20,19	-75,71	-0,91	9,49	39,82	39,82	0,00	39,82	-
MAJORAÇÃO PIS/COFINS	0,00	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Programas sociais governamentais	0,00	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Quota parte de energia nuclear	0,00	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Neutralidade da parcela A	33,74	20,19	-3,15	-0,91	-46,33	3,53	3,53	0,00	3,53	-
Sobre contratação de energia	0,00	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Diferimento de reposição na RTP	0,00	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTROS	53,03	-	-72,57	-	55,83	36,28	36,28	0,00	36,28	-
Total passivos financeiros setoriais	86,76	20,19	-75,71	-0,91	9,49	39,82	39,82	0,00	39,82	-

7. Empréstimos e Financiamentos

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pcto Juros	Frequencia Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequencia de Amortização	Sistemática de Amortização	2022	2023	2024	2025	2026	2027+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	250,03	629,76	879,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	629,76
União	-	148,08	312,48	460,57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	312,48
REFIZ INSS Lei 11941	-	79,50	225,24	304,74	Sim	26/11/2009	Não há	Selic	0,059	30/10/2020	Mensal	30/10/2020	30/10/2024	Mensal	SAC	79,50	79,50	66,25	-	-	-	225,24
REFIZ IRPJ	-	27,26	54,53	81,79	Sim	31/07/2020	Não há	Selic	0,059	30/10/2020	Mensal	30/10/2020	30/06/2025	Mensal	SAC	9,09	18,18	18,18	9,09	-	-	54,53
REFIZ CSLL	-	16,36	32,72	49,08	Sim	31/07/2020	Não há	Selic	0,059	30/10/2020	Mensal	31/10/2020	30/06/2025	Mensal	SAC	5,45	10,91	10,91	5,45	-	-	32,72
ESTADO 04	-	24,96	-	24,96	Sim	22/09/2020	Não há	Selic	0,059	25/01/2021	Mensal	25/01/2021	25/06/2021	Mensal	SAC	-	-	-	-	-	-	0,00
União 05	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	101,95	317,3	419,23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	317,28
REFIZ ICMS 2015	-	62,26	243,85	306,11	Sim	21/12/2015	Não há	Selic	0,059	15/01/2021	Mensal	15/01/2021	21/12/2025	Mensal	SAC	60,96	60,96	60,96	60,96	-	-	243,85
REFIZ ICMS N. 202001041682	-	31,82	58,34	90,16	Sim	30/11/2020	Não há	Selic	0,059	25/01/2021	Mensal	25/01/2021	25/10/2023	Mensal	SAC	30,44	27,90	-	-	-	-	58,34
REFIZ ICMS N. 202001043028	-	7,87	15,09	22,96	Sim	07/12/2020	Não há	Selic	0,059	25/01/2021	Mensal	25/01/2021	25/11/2023	Mensal	SAC	7,87	7,21	-	-	-	-	15,09
Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	250,03	629,76	879,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	879,79
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	250,03	629,76	879,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	879,79
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação e repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência pgto dos juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	2020	2021	2022	2023	2024	2025+	Total
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	-	227,84	0,00	227,84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	227,84
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	208,18	0,00	208,18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	208,18
Aplic. Financ. CDB	-	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	19,65	0,00	19,65	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19,65
Aplic. 01	-	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. 02	-	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	JUROS DE	PRINCIPAL	PRINCIPAL +	2020	2019
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP		
DÍVIDA BRUTA	-	250,03	629,76	879,79	846,81
FINANC. / EMPRÉST. MOEDA ESTRANGEIRA	0	0,00	0,00	-	-
FINANC. / EMPRÉST. MOEDA NACIONAL	0	0,00	0,00	-	-
TRIBUTÁRIA	0	250,03	629,76	879,79	744,02
FUNDO DE PENSÃO	0	0,00	0,00	-	-
INTRA-SETORIAIS	0	0,00	0,00	-	-
MÚTUOS PASSIVOS (EMPRESAS LIGADAS)	0	0,00	0,00	-	-
DIVERSOS	0	0,00	0,00	-	-
INTRA-SETORIAIS CORRENTE EM ATRASO	0	0,00	0,00	-	-
TRIBUTÁRIA CORRENTE EM ATRASO	0	0,00	0,00	0,00	102,78
ATIVOS FINANCEIROS	-	-227,84	-0,30	-228,14	-201,89
ALTA LIQUIDEZ	-	-227,84	0,00	-227,84	-201,89
DEMAIS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-	0,00	-0,30	-0,30	-
DERIVATIVOS A RECEBER	-	0,00	0,00	-	-
MÚTUOS ATIVOS (EMPRESAS LIGADAS)	-	-	-	-	-
DÍVIDA LÍQUIDA	-	22,20	629,46	651,65	644,91

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERCOS não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2020 e 2019.

9. Provisões para Litígios

A CERCOS possui provisões para Litígios no exercício 2020 e 2019 conforme demonstrado abaixo:

R\$ MIL	TRABALHISTAS	CÍVEIS	FISCAIS	AMBIENTAIS	REGULATÓRIOS	OUTROS	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2019	0,00	90,82	0,00	0,00	-	-	90,82
CONSTITUIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,0
BAIXAS/REVERSÃO	0,00	-90,82	0,00	0,00	-	-	-90,82
ATUALIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,0
SALDOS EM 31/12/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - R\$ MIL	DEPRECIAÇÃO	CUSTO	CORREÇÃO	REAVALIAÇÃO	TOTAL
	Taxa Média Anual	Histórico	Monetária Especial		
EM SERVIÇO	14,46%	-333,59	0,00	0,00	-333,59
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS		-30,72	-	-	-30,72
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR	4,84%	-123,71	-	-	-123,71
DOAÇÕES E SUBV. A INVEST. NO SERVIÇO CONCEDIDO	3,64%	-8,11	-	-	-8,11
PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE	4,81%	-10,16	-	-	-10,16
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO		0,00	-	-	0,00
UNIVERSALIZAÇÃO SERV. PÚBL. DE ENERGIA ELÉTRICA	4,81%	-160,88	-	-	-160,88
OUTROS	2,45%	-63,07	-	-	-63,07
ULTRAPASSAGEM DE DEMANDA	1,25%	-14,83	-	-	-14,83
EXCEDENTE DE REATIVOS	1,20%	-48,24	-	-	-48,24
DIFERENÇA DAS PERDAS REGULATÓRIAS	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - AIS	0,00%	103,50	-	-	103,50
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	-	1,40	-	-	1,40
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR		38,88	-	-	38,88
DOAÇÕES E SUBV. A INVEST. NO SERVIÇO CONCEDIDO		0,20	-	-	0,20
PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE		2,66	-	-	2,66
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO		0,00	-	-	0,00
UNIVERSALIZAÇÃO SERV. PÚBL. DE ENERGIA ELÉTRICA		60,36	-	-	60,36
OUTROS	-	6,15	0,00	0,00	6,15
ULTRAPASSAGEM DE DEMANDA	-	0,95	-	-	0,95
EXCEDENTE DE REATIVOS	-	5,19	-	-	5,19
DIFERENÇA DAS PERDAS REGULATÓRIAS	-	0,00	-	-	0,00
OUTROS	-	0,00	-	-	0,00
TOTAL	0,00%	-287,02			-287,02

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas pelo VOC (B)	Baixas de Reavali-ação (C)	Transferências (D)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Em serviço	-327,22	-6,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-333,59	-6,37	103,50	-230,09	-252,55
Participação da União, Estados e Municípios	-30,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-30,72	-	1,40	-29,32	-30,72
Participação Financeira do Consumidor	-123,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-123,71	-	38,88	-84,83	-96,99
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-1,74	-6,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8,11	6,37	0,20	-7,92	0,00
Programa de Eficiência Energética - PEE	-10,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10,16	-	2,66	-7,50	-8,50
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-160,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-160,88	-	60,36	-100,52	-116,34
Outros	-33,00	-30,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-63,07	2,52	6,15	-56,93	-81,67
Ultrapassagem de demanda	-3,99	-10,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-14,83	0,51	0,95	-13,88	-3,75
Excedente de reativos	-29,00	-19,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48,24	2,00	5,19	-43,05	-27,22
Diferença das perdas regulatórias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-50,70
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	103,50	0,00	16,16	16,16	0,00	0,00	0,00	135,83	16,16	0,00	135,83	72,92
Participação da União, Estados e Municípios	1,40	0,00	1,40	1,40	0,00	0,00	0,00	4,21	1,40	0	4,21	0,00
Participação Financeira do Consumidor	38,88	0,00	6,14	6,14	0,00	0,00	0,00	51,16	6,14	0	51,16	26,72
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,20	0,00	0,13	0,13	0,00	0,00	0,00	0,46	0,13	0	0,46	0,00
Programa de Eficiência Energética - PEE	2,66	0,00	0,50	0,50	0,00	0,00	0,00	3,67	0,50	0	3,67	1,66
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	60,36	0,00	7,98	7,98	0,00	0,00	0,00	76,33	7,98	0	76,33	44,54
Outros	6,15	0,00	2,52	2,52	0,00	0,00	0,00	0,00	2,52	6,15	6,15	2,02
Ultrapassagem de demanda	0,95	0,00	0,51	0,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,51	0,95	0,95	0,25
Excedente de reativos	5,19	0,00	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	5,19	5,19	1,78
Diferença das perdas regulatórias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-250,57	-36,45	18,68	18,68	0,00	0,00	0,00	-260,84	14,83	115,79	-145,04	-259,28

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - R\$ MIL	VALOR	ADIÇÕES	BAIXAS	BAIXAS DE	TRANSFERÊNCIAS	REAVALIAÇÃO	OUTROS	VALOR	ADIÇÕES	AMORTIZAÇÃO	VALOR	VALOR
	BRUTO EM 31/12/2019	(A)	PELO VOC (B)	REAVALI- AÇÃO (C)	(D)			BRUTO EM 31/12/2020	LIQUIDAS	ACUM.	LÍQUIDO EM 31/12/2020	LÍQUIDO EM 31/12/2019
EM CURSO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DOAÇÕES E SUBV. A INVEST. NO SERVIÇO CONCEDIDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIVERSALIZAÇÃO SERV. PÚB. DE ENERGIA ELÉTRICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VALORES PENDENTES DE RECEBIMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VALORES NÃO APLICADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	- 25,37	- 6,52	30,08	-	-	-	-	- 1,81	23,56	-	- 1,81	-27,02
ULTRAPASSAGEM DE DEMANDA	- 6,13	- 5,60	10,84	-	-	-	-	- 0,89	5,24	-	- 0,89	- 2,51
EXCEDENTE DE REATIVOS	- 19,24	- 0,92	19,24	-	-	-	-	- 0,92	18,32	-	- 0,92	- 24,51
DIFERENÇA DAS PERDAS REGULATÓRIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	- 25,37	- 6,52	30,08	-	-	-	-	- 1,81	23,56	-	- 1,81	- 27,02

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição:

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - R\$ MIL	Valor Bruto em 31/12/2020	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020
EM SERVIÇO	-333,58	103,50	-230,08
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	-30,72	1,40	-29,32
DATA DE AQUISIÇÃO: ANTERIOR A 31/12/2015	-30,72	1,40	-29,32
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR	-123,71	38,88	-84,83
DATA DE AQUISIÇÃO: ANTERIOR A 31/12/2015	-123,71	38,88	-84,83
DOAÇÕES E SUBV. A INVEST. NO SERVIÇO CONCEDIDO	- 8,11	0,20	- 7,91
TRANSFERENCIA DE REDE 01/2019	- 1,74	0,15	- 1,59
TRANSFERENCIA DE REDE 01/2020	- 0,43	0,02	- 0,41
TRANSFERENCIA DE REDE 12/2020	- 5,94	0,03	- 5,91
PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE	-10,16	2,66	-7,50
DATA DE AQUISIÇÃO: ANTERIOR A 31/12/2015	-10,16	2,66	-7,50
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	-	-	-
DATA DE AQUISIÇÃO: ANTERIOR A 31/12/2015	-	-	-
UNIVERSALIZAÇÃO SERV. PÚBL. DE ENERGIA ELÉTRICA	-160,88	60,36	-100,52
DATA DE AQUISIÇÃO: ANTERIOR A 31/12/2015	-160,88	60,36	-100,52
VALORES PENDENTES DE RECEBIMENTO			
VALORES NÃO APLICADOS			
OUTROS	- 63,07	6,15	- 56,92
ULTRAPASSAGEM DE DEMANDA	- 14,83	0,95	- 13,87
DATA DE AQUISIÇÃO: 2012/2016	- 3,99	0,64	- 3,35
DATA DE AQUISIÇÃO: 2016/2020	- 10,84	0,32	- 10,52
EXCEDENTE DE REATIVOS	- 48,24	5,19	- 43,05
DATA DE AQUISIÇÃO: 2012/2016	- 29,00	4,63	- 24,37
DATA DE AQUISIÇÃO: 2016/2020	- 19,24	0,56	- 18,68
DIFERENÇA DAS PERDAS REGULATÓRIAS			
OUTROS			
TOTAL	-396,65	109,65	-287,00

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 representa R\$ 591,40 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

COTISTAS	COTAS	%
JOSE BISPO DA HORA	5,61	0,95%
SINVAL COSTA SANTOS	4,75	0,80%
COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTURA DO TR	2,66	0,45%
LUIS FERNANDES NETO	2,47	0,42%
JOSEVAL SANTOS RODRIGUES	2,16	0,37%
JOAO BATISTA DOS SANTOS	1,67	0,28%
GILBERTO ALVES DO NASCIMENTO	1,55	0,26%
JOSE ENIDIO DE SANTANA	1,39	0,24%
JOSE OLIVEIRA FONTES IRMAOS	1,37	0,23%
MANOEL MONTEIRO DOS SANTOS	1,19	0,20%
ERASMO ROSA TRINDADE	1,18	0,20%
POSTOS SANTA LUZIA	1,48	0,25%
MARIA DA CONCEICAO GONCALVES SANTANA	1,03	0,17%
JUNCUDINO RODRIGUES FILHO	0,91	0,15%
LENICE MARIA DE JESUS	0,88	0,15%
JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS	0,88	0,15%
BENICIO MONTEIRO DA CRUZ	0,85	0,14%
DEMAIS COOPERADOS Nº	6876	559,37 94,58%
T O T A L	6893	591,40 100,00%

RESERVAS DE CAPITAL		
	2020	2019
REMUNERAÇÃO DO IMOBILIZADO EM CURSO ATÉ 31/12/2001	-	-
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	-	-
CONTA DE RESULTADOS A COMPENSAR (CRC)	-	-
OUTRAS	467,19	47,37
TOTAL	467,19	47,37
RESERVAS DE LUCROS		
	2020	2019
RESERVA LEGAL	-	-
FATES	-	-
RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	-	-
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	-	-
OUTROS	0	-
TOTAL	0	-
RESERVAS DE SOBRAS		
	2020	2019
RESERVA LEGAL	-778,13	-629,40
LUCROS A REALIZAR		
FATES	-490,48	-415,25
RESERVAS ESTATUTÁRIAS	-1169,73	-919,86
TOTAL	-2438,34	-1964,50

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 20% para Reserva Legal e 20% de FATES e 10% para o FDM (Fundo de Desenvolvimento e Manutenção).

12. . Receita Operacional Bruta

	Nº DE CONSUMIDORES		MWH MIL		R\$ MIL	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
RECEITA BRUTA						
FORNECIMENTO – FATURADO	5983	5.740	10.621	10.167,33	6.279,97	6.161,76
RESIDENCIAL	3826	3437	4.259	3.699	2.453,08	2.361,67
INDUSTRIAL	5	5	287	386	167,22	208,14
COMERCIAL	217	204	791	710	632,37	602,74
RURAL	1890	1990	2.819	2.842	1.724,11	1.649,25
PODER PÚBLICO	31	32	184	192	156,62	167,51
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	5	64	1.610	1.693	689,02	740,07
SERVIÇO PÚBLICO	9	8	670	646	457,56	432,36
SUPRIMENTO FATURADO	-	-	-	-	-	-
USO DA REDE ELÉTRICA DE DISTRIBUIÇÃO FATURADO	-	-	-	-	3.988,67	3.788,82
CONSUMIDORES CATIVOS	-	-	-	-	3.988,67	3.788,82
CONSUMIDORES LIVRES	-	-	-	-	-	-
ENCARGOS DE CONEXÃO DE AGENTES DE GERAÇÃO	-	-	-	-	-	-
PERMISSIONÁRIAS	-	-	-	-	0,00	-
USO DA REDE ELÉTRICA DE TRANSMISSÃO FATURADO	-	-	-	-	-	-
(-) TRANSFERÊNCIAS	-	-	-	-	-	-
					3.995,19	3.795,80
(-) TRSF P/ OBRIG. ESPEC. DO AIC - ULTRAPASSAGEM DEMANDA	-	-	-	-	-5,60	-3,84
(-) TRSF P/ OBRIG. ESPEC. DO AIC - EXCEDENTE DE REATIVOS	-	-	-	-	-0,92	-3,15
(-) TRSF P/ OBRIG. ESPEC. DO AIC - DIFER. PERDAS	-	-	-	-	0,00	-
REGULATORIAS						
(-) TRSF P/ TUSD - CONSUMIDORES CATIVOS	-	-	-	-	-	-
					3.988,67	3.788,82
FORNECIMENTO/SUPRIMENTO/REDE ELÉTRICA - NÃO FATURADO	-	-	-	-	2.244,66	1.998,29
CONSTITUIÇÃO E AMORTIZ. - CVA ATIVA E PASSIVA	-	-	-	-	-	-
CONSTITUIÇÃO E AMORTIZ. - RTP DIFERIMENTO OU DEVOLUÇÃO	-	-	-	-	-	-
CONSTITUIÇÃO E AMORTIZ. - DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS	-	-	-	-	0,00	-42,60
FINANCEIROS SETORIAIS						
SERVIÇOS COBRÁVEIS	-	-	-	-	4,45	8,56
FORNECIMENTO NÃO FATURADO	-	-	-	-	0,00	29,64
SUBVENÇÕES VINCULADAS AO SERVIÇO CONCEDIDO	-	-	-	-	2.240,21	2.002,69
TOTAL	5.980	5.740	10.590	10.167	8.518,11	8.153,06

13. . Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

14. . Pessoal e Administradores

	2020	2019
PESSOAL	2.271,33	2.191,71
REMUNERAÇÃO	1.478,35	1.120,64
ENCARGOS	524,59	425,99
PREVIDÊNCIA PRIVADA – CORRENTE	-	-
BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO - PREVIDÊNCIA PRIVADA - DÉFICIT OU SUPERÁVIT ATUARIAL	-	-
PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	-	-
DESPESAS RESCISÓRIAS	114,55	14,89
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR	-	-
OUTROS BENEFÍCIOS – CORRENTE	139,85	76,09
OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO - DÉFICIT OU SUPERÁVIT ATUARIAL	-	-
(-) CRÉDITOS DE TRIBUTOS RECUPERÁVEIS	-	-
OUTROS	13,99	21,66
ADMINISTRADORES	267,78	249,93
HONORÁRIOS E ENCARGOS (DIRETORIA E CONSELHO)	265,79	247,16
BENEFÍCIOS DOS ADMINISTRADORES	1,98	2,77
(-) CRÉDITOS DE TRIBUTOS RECUPERÁVEIS	-	-
TOTAL	2.539,11	1.909,20

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2020	2019
SOBRAS (PERDAS) REGULATÓRIAS ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	360,59	158,16
AJUSTES EFEITOS IFRS	383,08	-314,31
LUCRO AJUSTADO (SOBRAS (PERDAS) SOCIETÁRIAS ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL)	743,66	472,47
AJUSTES LALUR	-663,66	-408,14
BASE DE CÁLCULO FISCAL	80,00	64,33
IMPOSTO DE RENDA (15%)	-7,20	-9,65
IMPOSTO DE RENDA ADICIONAL (10%)	-	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (9%)	-12,00	-5,79
EFEITOS FISCAIS SOBRE:	-	-
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	-	-
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	-	-
INCENTIVOS FISCAIS	-	-
ENCARGOS CAPITALIZADOS	-	-
COMPENSAÇÃO DA CSLL E COM A COFINS	-	-
OUTROS	-	0
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	-19,20	-15,44

15. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Sendo a CERCOS uma Distribuidora de Energia Elétrica, com uma só atividade concedida, está dispensada da publicação de Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade.

17 Notas Conciliatórias Societária X Regulatória

17.1. Revisão Tarifária Periódica

Em 2013, a ANEEL submeteu à Audiência Pública, as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisão tarifária periódica das Permissionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critério a serem adotados. Por fim, aprovou o Módulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica – 1º CRTP.

Em 03 de dezembro de 2013 foi homologada a primeira revisão tarifária da CERCOS – RTP, conforme Resolução homologatória nº 1.662, retroativo à 2012, ano inicialmente previsto pela ANEEL para sua 1ª RTP, que devido a atraso na definição da Metodologia, não ocorreu, gerando assim uma Bolha Financeira passiva a qual deveria ser compensada nos reajustes / revisões posteriores.

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista por meio de Audiência Pública.

Como Resultado destas Audiências decidiu que para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, poderiam continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao estudar as duas modalidades de Revisão Tarifária, optou por continuar a ter sua Revisão Tarifária Periódica regulada, mormente à Parcela B, regulada pelo módulo PRORET 8.1.

Tal decisão ocorreu por nossa Diretoria, em virtude das regras deste módulo serem conhecidas, lógicas, e, totalmente baseadas em fatos seguros apurados pelos Departamentos Contábil e Técnico, resultando em segurança para nossos Cooperados como proprietários da Empresa, e, para nossos Cooperados e não Cooperados, na qualidade de Consumidores de Energia Elétrica, oferecendo transparência, legalidade e preço justo com remuneração adequada aos investimentos necessários.

Como toda a regulamentação acima descrita acabou por ter seus prazos findos após o aniversário tarifário de nossa Empresa, a ANEEL prorrogou a vigência da tarifa 2015/2016 para o ciclo 2016/2017, bem como também postergou a 2ª RTP para o ano de 2017.

Por fim, em 04/2017 a ANEEL promoveu a RTP desta Permissionária, encerrando assim o seu 2º Ciclo de Revisão, homologada por meio da Resolução Homologatória nº 2.225 de 18 de abril de 2017. Teve também por meio desta RTP o ajuste da sua Base de Remuneração por meio do VNR e também no nível de perdas regulatórias para 11,36 sobre a energia injetada.

Em 2020 a CERCOS passou por seu 3º ciclo de Revisão Tarifária, desta vez, por força da assinatura do 3º Termo aditivo ao contrato de permissão 009/2008, no qual ficou estabelecido novas regras de Revisão Tarifária Periódica, a empresa aderiu ao submódulo PRORET 8.4. Sendo assim, cumprindo as novas determinações, a CERCOS teve suas novas tarifas aprovadas por meio da RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.694, DE 26 DE MAIO DE 2020, em vigor no período de 29 de maio de 2020 a 28 de maio de 2021.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.694, DE 26 DE MAIO DE 2020 que As tarifas de aplicação da Cercos, constantes da Resolução Homologatória nº 2.534, de 23 de abril de 2019, prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 2.673, de 14 de abril de 2020, ficam em média reajustadas em -1,44% (menos um vírgula quarenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;151

b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária. Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR. A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

DESCRIÇÃO	VALORES
(1) ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO (VALOR NOVO DE REPOSIÇÃO)	11.503,09
(2) ÍNDICE DE APROVEITAMENTO INTEGRAL	-
(3) OBRIGAÇÕES ESPECIAIS BRUTA	-
(4) BENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	679,82
(5) BASE DE REMUNERAÇÃO BRUTA = (1)-(2)-(3)-(4)	10.823,27
(6) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	4.109,82
(7) AIS LÍQUIDO (VALOR DE MERCADO EM USO)	-
(8) ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DEPRECIADO	-
(8) ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DEPRECIADO	-
(9) VALOR DA BASE DE REMUNERAÇÃO (VBR)	7.393,27
(10) ALMOXARIFADO EM OPERAÇÃO	34,51
(11) ATIVO DIFERIDO	-
(12) OBRIGAÇÕES ESPECIAIS LÍQUIDA	-
(13) TERRENOS E SERVIDÕES	0
(14) BASE DE REMUNERAÇÃO LÍQUIDA TOTAL = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	7.427,78
(15) SALDO RGR PLPT	0
(16) SALDO RGR DEMAIS INVESTIMENTOS	0
(17) TAXA DE DEPRECIÇÃO	4%
(18) QUOTA DE REINTEGRAÇÃO REGULATÓRIA	0,00
(19) WACC REAL ANTES DE IMPOSTOS	4%
(20) TAXA RGR PLPT	0
(21) TAXA RGR DEMAIS INVESTIMENTOS	0
22) REMUNERAÇÃO DO CAPITAL (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	297,11

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

Devido a empresa ter optado em seu processo de Revisão Tarifária pelo Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET) Submódulo 8.4, deixamos de apresentar o preenchimento do quadro abaixo relativos ao CAIMI no exercício de 2020.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

DESCRIÇÃO	VALORES
(1) BASE DE ANUIDADE REGULATÓRIA (BAR)	725,38
(2) BASE DE ANUIDADE - INFRAESTRUTURA DE IMÓVEIS E MÓVEIS ADMINISTRATIVOS	181,35
(3) BASE DE ANUIDADE - VEÍCULOS (BARV)	181,35
(4) BASE DE ANUIDADE - SISTEMAS DE INFORMÁTICA (BARI)	362,69
(5) ANUIDADE - INFRAESTRUTURA DE IMÓVEIS E MÓVEIS ADMINISTRATIVOS (CAL)	9,92
(6) ANUIDADE - VEÍCULOS (CAV)	29,32
(7) ANUIDADE - SISTEMAS DE INFORMÁTICA (CAI)	75,27
(8) CAIMI = (5) + (6) + (7)	114,51

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

15.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

DESCRIÇÃO	Receita Último IRT R\$	Receita Verificada	Revisão	Variação Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	2020
						Part. Na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	3.727,93	3.882,55	3.764,68	-1,48%	-0,50%	48,10%
1.1. ENCARGOS SETORIAIS	232,63	235,94	247,61	0,15%	-1,35%	3,16%
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	16,58	17,27	17,02	0,00%	-1,44%	0,22%
CDE	137,28	138,92	166,74	0,35%	20,03%	2,13%
PROINFA	78,78	79,75	63,86	-0,20%	-19,93%	0,82%
P&D (EFICIÊNCIA ENERGÉTICA)	-	0,00	0,00	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. TRANSMISSÃO	855,27	889,57	962,38	0,91%	8,18%	12,30%
REDE BÁSICA	-	-	-	-	-	-
REDE BÁSICA FRONTEIRA	-	-	-	-	-	-
ITAIPU	-	-	-	-	-	-
CONEXÃO	-	-	-	-	-	-
CUSD	855,27	889,57	962,38	0,91%	8,18%	12,30%
OUTROS	-	-	-	-	-	-
1.3. COMPRA DE ENERGIA	2.640,03	2.757,05	2.554,69	-2,54%	-7,34%	32,64%
CCEAR EXISTENTE	-	-	-	-	-	-
CCCEAR NOVA	-	-	-	-	-	-
CONTRATOS BILATERAIS	2.640,03	2757,05	2554,69	-2,54%	-7,34%	32,64%
ITAIPU	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	3.936,40	4.096,96	4.061,76	-17,37%	-0,86%	51,90%
2.1. CUSTOS OPERACIONAIS + ANUIDADES	-	-	-	-	-	-
2.2. REMUNERAÇÃO	-	-	-	-	-	-
2.3. DEPRECIACÃO	-	-	-	-	-	-
2.4. RECEITAS IRRECUPERÁVEIS	-	-	-	-	-	-
2.5. OUTRAS RECEITAS	3.936,40	4.096,96	4.061,76	-0,44%	-0,86%	51,90%
3. REPOSICIONAMENTO ECONÓMICO	-	-	-	-1,92%	-	-
4. COMPONENTES FINANCEIROS	-	-	-783,44	-9,82%	-	-
5. REPOSICIONAMENTO COM FINANCEIROS	0	0	0	-11,74%	0	0
6. FINANCEIROS RETIRADOS DO IRT ANTERIOR	-	-	-	7,99%	-	-
7. EFEITO PARA CONSUMIDOR	-	-	-	-1,44%	-	-

PLEITO DA PARCELA B PARA CICLO 2019/2020 4.061,76

ITENS	VALOR REAL
CUSTOS OPERACIONAIS (INCLUINDO RECEITAS IRRECUPERÁVEIS)	2.861,76
Quota de Depreciação Regulatória - QRR	565,06
Custo anual das Instalações (BAR)	132,41
Investimentos PDD - Plano de Desenvolvimento da Distribuição enviado à ANEEL para 2019	136,24
(-) Outras Receitas	-131,18
FATES (20%)	125,98
RESERVA LEGAL (20%)	125,98
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO (10%)	62,99
AJUSTE DE SOBRAS EM FUNÇÃO DO TETO REGULATÓRIO	-705,00
SOBRAS DESEJÁVEIS	1.019,94
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA AJUSTADAS PELO TETO REGULATÓRIO	314,94

16. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		2.555,05	0	2.555,05	2.230,88	0	2.230,88
Caixa e equivalentes de caixa		208,18	-	208,18	201,89	-	201,89
Consumidores	14.4	1462,68	-	1462,68	1357,68	-	1357,68
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		0,00	-	0,00	-	-	-
Tributos compensáveis		52,96	-	52,96	35,66	-	35,66
Depósitos judiciais e cauções		0,02	-	0,02	0,01	-	0,01
Almoarifado operacional		73,44	-	73,44	65,32	-	65,32
Investimentos temporários		19,65	-	19,65	0,00	-	0,00
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		82,22	-	82,22	74,63	-	74,63
Despesas pagas antecipadamente		11,94	-	11,94	11,22	-	11,22
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		643,94	-	643,94	484,47	-	484,47
Ativo não circulante		9.914,91	-6.176,35	3.738,56	9.960,22	-6.817,83	3.142,39
Consumidores		-	-	0,00	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	0,00	-	-	-
Serviços em curso		-	-	0,00	-	-	-
Tributos compensáveis		-	-	0,00	-	-	0,00
Depósitos judiciais e cauções		-	-	0,00	-	-	-
Investimentos temporários		0,30	-	0,30	-	-	0,00
Empréstimos		-	-	0,00	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	0,00	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.6	-	-	0,00	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	0,00	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	0,00	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	0,00	-	-	-
Outros ativos não circulantes		131,81	397,42	529,23	23,85	1.091,66	1115,51
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	0,00
Imobilizado	14.5	9.732,79	-8.747,71	985,09	9.936,37	-9.297,17	639,19
Intangível	14.5	50,00	2.173,94	2223,94	-	1.387,69	1387,69
Total do ativo		12.469,96	-6.176,35	6.293,61	12.191,10	-6.817,83	5.373,27
					0	0	0
Passivo					0	0	0
Passivo circulante		1.895,19	-	1.895,19	1.606,30	-	1.606,30
Fornecedores		756,10	-	756,10	541,19	-	541,19
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	0,00	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		223,69	-	223,69	230,65	-	230,65
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		389,39	-	389,39	316,64	-	316,64
Provisão para litígios		-	-	0,00	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	0,00	-	-	-
Encargos setoriais		105,72	-	105,72	115,92	-	115,92
Provisão para descomissionamento		-	-	0,00	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.6	39,82	-	39,82	86,76	-	86,76
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		30,09	-	30,09	5,91	-	5,91
Outros passivos circulantes		350,39	-	350,39	309,21	-	309,21
Passivo não circulante		918,59	-	918,59	1.044,78	-	1.044,78
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		629,76	-	629,76	659,34	-	659,34
Provisão para litígios		-	-	0,00	90,82	-	90,82
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.6	-	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		288,83	-	288,83	294,62	-	294,62
Total do passivo		2.813,78	0,00	2.813,78	2.651,08	0,00	2.651,08
					0	0	0
Patrimônio líquido	14.11				0	0	0
Capital social		591,40	0	591,40	589,55	0	589,55
Reservas de capital		-467,19	419,82	-47,37	-47,37	76,86	29,49
Outros resultados abrangentes		6.176,35	-6.176,35	0,00	6.817,83	-6.817,83	0,00
Reservas de lucros		0	0,00	0,00	0	-76,86	-76,86
Recursos destinados a aumento de capital		0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Ações Próprias em Tesouraria		0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Participação de Não Controladores		0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Reserva de sobras		2438,35	0,00	2438,35	1964,51	0,00	1964,51
Sobras à disposição da Assembleia		917,28	-419,82	497,46	215,50	0,00	215,50
Perdas não cobertas pelos cooperados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de não controladores		0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Total do patrimônio líquido		9.656,18	-6.176,35	3.479,83	9.540,02	-6.817,83	2.722,19
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.469,96	-6.176,35	6.293,61	12.191,10	-6.817,83	5.373,27

		2020			2019		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade					0,00	0	0
Receita / Ingresso	14.12	8.629,15	-	8.629,15	8.153,06	-	8.153,06
Fornecimento de energia elétrica		6275,69		6275,69	6161,76	0	6161,76
(-) Transferências		-3995,19		-3995,19	-3795,80	0	-3795,80
Suprimento de energia elétrica				0,00	0	0	0,00
Energia Elétrica de Curto Prazo				0,00	0	0	0,00
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		3988,67		3988,67	3788,82	0	3788,82
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		115,32		115,32	-42,60	0	-42,60
Serviços cobráveis		4,45		4,45	8,56	0	8,56
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		2240,21		2240,21	2002,69	0	2002,69
Outras receitas vinculadas				0,00	29,64	0	29,64
Tributos		-115,76	-	-115,76	-119,19	-	-119,19
ICMS		-91,56		-91,56	-91,82		-91,82
PIS-PASEP		-4,31		-4,31	-4,87		-4,87
Cofins		-19,88		-19,88	-22,47		-22,47
ISS		-0,02		-0,02	-0,04		-0,04
Encargos - Parcela "A"		-220,61	-	-220,61	-272,38	-	-272,38
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					0,00		0,00
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		-154,46		-154,46	-119,29		-119,29
Programa de Eficiência Energética - PEE					0,00		0,00
Taxa de fiscalização		-16,87		-16,87	-16,14		-16,14
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH							
Outros encargos		-49,27		-49,27	-136,95		-136,95
Receita líquida / Ingresso líquido		8.292,78	-	8.292,78	7.761,49	-	7.761,49
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		-3.971,17	-	-3.971,17	-3.922,86	-	-3.922,86
Energia elétrica comprada para revenda		-3842,35		-3842,35	-3872,28		-3872,28
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra		-71,32		-71,32	-74,43		-74,43
Energia elétrica comprada para revenda - Microgeração		-77,29		-77,29	0,00	0	0,00
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		19,79		19,79	41,71		41,71
Encargos e Demais Despesas Setoriais				0,00	-17,86		-17,86
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis							
Resultado antes dos custos gerenciáveis		4.321,61	0	4.321,61	3.838,63	0	3.838,63
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		-3.961,86	419,82	-3.542,04	-3.752,17	299,09	-3.453,08
Pessoal e administradores (inclui remuneração a administradores no valor de -267,78)	14.14	-2539,11		-2.539,11	-2455,18		-2.455,18
Entidade de previdência privada		0		0,00	0		0,00
Material		-266,20		-266,20	-235,04		-235,04
Serviços de terceiros		-269,05		-269,05	-231,22		-231,22
Arrendamento e aluguéis		-25,20		-25,20	-16,32		-16,32
Seguros		-17,51		-17,51	-17,13		-17,13
Doações, contribuições e subvenções		-5,17		-5,17	-3,57		-3,57
Provisões		55,08		55,08	28,93		28,93
Recuperação de despesas		36,09		36,09	25,71		25,71
Tributos		-92,94		-92,94	-32,29		-32,29
Depreciação e amortização		-598,50	419,82	-178,68	-470,98	299,09	-171,89
Gastos diversos da atividade vinculada		-177,12	-134,96	-312,07	-139,61	-99,05	-238,66
Outras Receitas Operacionais		320,99	134,96	455,95	184,85	99,05	283,90
Outras Gastos Operacionais		-383,23	0	-383,23	-390,32	0	-390,32
Resultado da Atividade		359,75	419,82	779,57	86,46	299,09	385,55
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		35,42	0,00	35,42	86,92	0,00	86,92
Despesas financeiras		-124,95	0	-124,95	-37,69	0	-37,69
Receitas financeiras		160,37	0	160,37	124,60	0	124,60
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		395,18	419,82	815,00	173,38	299,09	472,47
Despesa com impostos sobre os lucros		-19,20	0	-19,20	-17,71	0	-17,71
Resultado líquido das operações em continuidade		375,97	419,82	795,79	155,67	299,09	454,76
Operações descontinuadas					0	0	0
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício		375,97	419,82	795,79	155,67	299,09	454,76
Atribuível aos:					0	0	0
Acionistas controladores		-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação		0,64	0,71	1,35	0,26	0,51	0,77
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,64	0,71	1,35	0,26	0,51	0,77
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade					0	0	0
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-

18.1. Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes na rubrica ativos e passivos financeiros setoriais.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 2 45/2016 e 3.371/2016.

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a depreciação da reavaliação regulatória

16.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2020	2019
SALDOS NO INÍCIO (SOCIETÁRIO)	3.479,83	2.722,19
EFEITO DOS AJUSTES ENTRE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA VERSUS REGULATÓRIA	6.176,35	6.817,83
ATUALIZAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (ICPC 01)	0,00	0,00
CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	10793,47	11271,97
DEPRECIACÃO - REAVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	-4617,12	-4454,14
RESERVA DE CAPITAL - EFEITOS IFRS	-419,82	-76,86
RESERVAS DE LUCRO	0,00	76,86
RESERVA DE SOBRAS	0,00	0,00
SOBRAS / PERDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA	419,82	0,00
TRIBUTOS SOBRE AS DIFERENÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS	0,00	0,00
SALDOS NO FIM (REGULATÓRIO)	9.656,18	9.540,02

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque dos efeitos IFRS em outras reservas de capitais, Reservas de Lucro e Sobras/Perdas a Disposição da Assembleia, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital e dos ajustes entre sobras/perdas regulatórias x sobras/perdas societárias do exercício.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2020	2019
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO CONFORME CONTABILIDADE SOCIETÁRIA	795,79	454,76
EFEITO DOS AJUSTES ENTRE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA VERSUS REGULATÓRIA	-419,82	-299,09
ATUALIZAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (ICPC 01)	-	-
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	-	-
REAVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	-	-
DEPRECIACÃO - REAVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	-419,82	-299,09
ANULAÇÃO NÃO OPERACIONAL	-	-
FORNECIMENTO - DIFERIMENTO OU DEVOLUÇÃO TARIFÁRIA	-	-
TRIBUTOS SOBRE AS DIFERENÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO REGULATÓRIO	375,97	155,67

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2020, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

17. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERCOS;

b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERCOS;

c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2019 e em 2020 os efeitos deste decreto já tiveram impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

18. Perdas Regulatorias e Realizadas

No exercício de 2020 a CERCOS contabilizou 14,76% de Perdas (Técnicas mais não técnicas). A ANEEL publicou a meta regulatória de 11,80%. Durante o ano de 2021, a CERCOS continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

19. Efeitos COVID 19 (CONTA COVID)

1) Empréstimo

Sendo surpreendidos pelo estado pandêmico decretado mundialmente, e, também em nosso País, iniciamos os estudos para enfrentamento da crise sanitária. Houveram diversas ações orquestradas pelo Governo Federal, Estadual e pela ANEEL, dentre elas, em 18 de maio de 2020, o Decreto nº 10.350 dispôs sobre a criação da Conta destinada ao Setor Elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que por sua vez, regulamentou a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e REN nº 885, de 23 de junho de 2020 - CONTA-COVID as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Por fim, a

Portaria nº 6.584, de 24 de novembro de 2020, delegou à SGT a homologação das quotas específicas da CDE, denominadas CDE-COVID, a serem recolhidas pelas distribuidoras.

Também houve a decretação da suspensão dos cortes, e, orientações temporárias para enfrentamento da Situação

Na disponibilização do Empréstimo que a ANEEL gestou, seria captado junto ao mercado um determinado valor, para aquelas Empresas que tivessem dificuldades de captação de fluxo de caixa, em função de outros endividamentos, quer seja por dificuldades internas de seu mercado, quer seja por estarem em andamento com algum grande projeto Conforme regulamentação, poderia solicitar a ANEEL o referido empréstimo com uma particularidade e regulamentação (o valor do encargo para a amortização da Conta Covid irá considerar os custos financeiros e administrativos das operações de crédito contratadas, incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição de reserva de liquidez correspondente a 10% do custo total das operações.

A CERCOS, no exercício de 2020, para não absorver esse custo de 10% (futuramente repassados ao consumidor) naquele momento, optou por encaminhar à ANEEL os Termos de Aceitação – TAs (Empréstimo – CONTA COVID), nos permitindo enfrentar auge da crise sanitária com recursos mais saudáveis para a Empresa e seus consumidores

2) Comportamento do mercado:

Assim como a curva da pandemia se apresenta oscilante, também o mercado de energia se apresentou meses diminuindo, meses aumentando, conforme quadro abaixo:

CONSUMO	ENERGIA FATURADA EM KWH	VARIAÇÃO %
JAN/20	962.930	
FEV/20	914.016	-5,08%
MAR/20	919.777	0,63%
ABR/20	828.203	-9,96%
MAI/20	871.913	5,28%
JUN/20	845.011	-3,09%
JUL/20	797.068	-5,67%
AGO/20	829.117	4,02%
SET/20	801.147	-3,37%
OUT/20	864.031	7,85%
NOV/20	962.389	11,38%
DEZ/20	1.024.958	6,50%
TOTAL	10.620.560	

No mês de faturamento fevereiro, já houve o impacto inicial advinda da crise mundial do novo CORONA VIRUS, trazendo, uma queda de 5,08% em relação a janeiro.

Já o consumo de abril, também impactado pelo Lockdown ocorrido na 2a quinzena do mês de março, sendo nosso período de faturamento entre os dias 20/03/2020 e 17/04/2020, refletiu uma segunda queda de 9,96% em relação à energia faturada em março.

Por fim, o mercado de energia apresentou-se meses diminuindo, meses aumentando, em relação ao mês anterior, mas apenas em dezembro foi possível notar um valor de energia faturada em KWH maior que em janeiro/2020.

3) Número de consumidores da Tarifa Social de Energia Elétrica que tiveram contas totalmente pagas pelo Governo Federal.

A quantidade de UCS contempladas inicialmente foram de:

QUANTIDADE DE UCS	
ABRIL	1643
MAIO	1717
JUNHO	1755

Porém mensalmente, as seguintes quantidades de faturas foram totalmente custeadas pelo Governo Federal

QUANTIDADE DE UCS	
ABRIL	1608
MAIO	1671
JUNHO	1722

4) Inadimplência durante a crise

Nesta crise, pudemos verificar a seguinte variação no nível de inadimplência, conforme segue:

PERÍODO	R\$/MIL EM ABERTO	EVOLUÇÃO EM %
01/12/2019	534,31	
01/01/2020	564,30	5,61%
01/02/2020	648,71	14,96%
01/03/2020	598,64	-7,72%
01/04/2020	694,21	15,96%
01/05/2020	687,91	-0,91%
01/06/2020	528,51	-23,17%
01/07/2020	706,05	33,59%
01/08/2020	578,01	-18,14%
01/09/2020	555,14	-3,96%
01/10/2020	584,67	5,32%
01/11/2020	590,11	0,93%
01/12/2020	647,13	9,66%

Assim, vimos que no auge da crise, tivemos picos de aumento de mais de 33% perante o saldo normal.

15. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 01/03/2021 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais

AROLDO COSTA MONTEIRO
Diretor Presidente

PEDRO PEREIRA PALHAS
Secretário

TEREZINHA COSTA DE LISBOA E SILVA
Técnica contábil
CRC – SE 4010

16. Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL

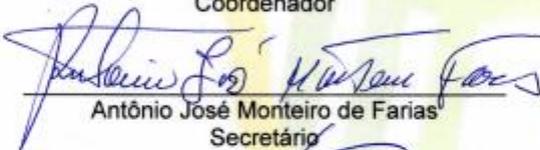
EXERCÍCIO DE 2020

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda. - CERCOS, reunidos no dia 01 de março de 2021, na sala de Reunião da CERCOS, situada na Colônia Treze, no município de Lagarto e estado de Sergipe, após ter examinado minuciosamente todas as atividades da Cooperativa durante o exercício de 2020, deixando registrado em Ata deste Conselho as ocorrências, as quais se encontram à disposição da Assembleia Geral e analisando o Balanço Geral, Demonstrativo de Sobras e Perdas e Relatório da Administração referente ao exercício de 2020 através dos quais fica constatado que são verdadeiros todos os documentos que deram origem ao referido resultado e são, portanto, de parecer favorável à sua aprovação e o recomendam à Assembleia.

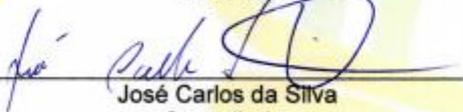
Colônia Treze/Lagarto/SE, 01 de março de 2021.



Marcelo Costa dos Santos
Coordenador



Antônio José Monteiro de Farias
Secretário



José Carlos da Silva
Conselheiro

☎ 79 3642.1233 📠 79 9.9858.5137

📍 Travessa Santa Luzia | Colônia Treze | Lagarto/SE

🌐 www.cercos.com.br 📧 cercos@cercos.com.br

📷 [cooperativacercos](https://www.instagram.com/cooperativacercos)

somoscoop

17 Parecer dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Regulatórias

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

São José (SC), 20 de abril de 2021.

Ilmos. Srs. Diretores da
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE
SERGIPE - CERCOS**
Lagarto - SE

Concluindo os trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias,
correspondentes ao exercício de 2020, encaminhamos o Relatório de Auditoria, contendo:

I) Relatório Demonstrações Contábeis Regulatórias

- a) Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias
- b) Demonstrações Contábeis
- c) Balanço Patrimonial
- d) Demonstração do Resultado
- e) Mutações do Patrimônio Líquido
- f) Demonstração do Fluxo de Caixa
- g) Notas Explicativas

II) Considerações Finais

Sendo o que se apresenta para o momento, apresentamos nossas,

Cordiais Saudações

HERMENEGILDO JOAO Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
VANONI:29601045953 Dados: 2021.04.27 09:46:23 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Gerente

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Associados e Administradores da

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CENTRO SUL DE SERGIPE

- CERCOS

Laqarto - SE

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE - CERCOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE - CERCOS**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE - CERCOS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 das demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE - CERCOS**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE - CERCOS**, com data de 20 de abril de 2021.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE – CERCOS**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE – CERCOS**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 20 de abril de 2021.

HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por HERMENEGILDO
JOAO VANONI:29601045953
Dados: 2021.04.27 09:46:59 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador–CRC-SC 14.874/O-7°S° SE

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012 °S° SE

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br - (3)

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessário na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária e comercial vigente.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE - CERCOS**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente.

HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2021.04.27 09:47:19 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável - Contador-CRC-SC 14.874/O-7°S° SE

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012 "S" SE

